

***Banco Bilbao Vizcaya Argentaria
(Portugal), S.A.***

***RELATÓRIO E CONTAS
2002***

- *Individuais*
- *Consolidadas*

BBVA

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

ÍNDICE

1. Órgãos Sociais

2. Quadro Directivo

3. Relatório do Conselho de Administração

3.1 A Conjuntura Económica

3.2 Actividade das principais Áreas do Banco

- Banco Comercial
- Banca Corporativa
- Organização e Meios
- Recursos Humanos

3.3 Breve Análise da Actividade e Resultados Individuais

3.4 Reconhecimento Público

3.5 Proposta de Aplicação de Resultados do Banco

4. Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

4.1 Informação sobre os accionistas

4.2 Demonstrações Financeiras

- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Notas Anexas às Demonstrações Financeiras
- Inventários

4.3 Certificação Legal de Contas

4.4 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

4.5 Extracto da Acta do Assembleia Geral

1. ORGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente

Adolfo Jorge Pinheiro de Castro Brito

Secretário

Maria de Carmo de Abreu Barbosa

Conselho de Administração

Presidente

José Eduardo Vera Cruz Jardim

Administrador – Delegado

Segundo Huarte Martin

Vogais

José Joaquim Ponte da Silva

José Luis Joló Marín

Júlio Lopez

Ignacio Lacasta

Guilherme Vitorino Guimarães de Palma Carlos

Juan Asua

José Joaquín Puig de la Bellacasa

Conselho Fiscal

Presidente

Luís Fernando Sampaio Pinto Bandeira

Vogal

Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima

ROC

Plácido Norberto dos Inocentes

ROC Suplente

Figueiredo & Neves SROC, N° 77, representada por Paulo
Guilherme Martin de Figueiredo da Silva, ROC n° 71

2. QUADRO DIRECTIVO

	CGD	CRI	CAP
Administrador-Delegado Presidente do Comité de Direcção			

Segundo Huarte Martin	P	P	P
-----------------------	---	---	---

Administradores

José Joaquim Ponte da Silva	*		*
-----------------------------	---	--	---

Directores Gerais

António Cebrian Nunez	*		
Fernando Fuentes	*	*	
José Carlos Tavares Pessoa	*		
Joan Piera y Miquel	*	*	
Paulo Miguel Teles Almeida Capela	*	*	
Aires do Amaral	*		*

Directores

Abilio Manuel Santos
Adriano Alves Pinheiro
Albertino Paixão Melo
António Almeida Saraiva
António Carlos Bernardino Marcelino
António João F. Sousa e Andrade
Carlos Trepá Torres
Edite Encarnação Cheira
Fernando Manuel Alves
Francisco Castro
Frederico Ressano Garcia
Gabriel Diogo
Horácio Robalo
Idalina Melo Martins
Isabella Rodrigues
João Manuel Gouveia
Jorge Gualdino Melo
Jorge Manuel Serra
José Inácio Marin
José Manuel Angélico
José Dantas Saraiva

Directores

Juvenal Candeias
Luís Castro Almeida
Luís Nascimento
Manuel Gonçalves Ferreira
Manuel Rodriguez Anton
Maria da Conceição Soares Matos
Maria do Carmo Barbosa
Maria Leonor Marinho
Maria Manuela de Passos Ribeiro
Paula Casa-Nova Almeida Costa
Paula Samora Vieira
Paulo Alexandre Silva
Paulo Azenhas
Rui Manuel Claudino Lopes
Rui Manuel Costa
Susana Ribeiro Nunes
Tiago Limas
Victor Serra

Comité de Direcção Geral (CDG)

Este Comité tem por principais missões a gestão e tomada de decisões de alto nível do banco, a entrada e saída de áreas específicas de negócio, a gestão e política de pessoal, a política e prioridades operativas de aplicação em geral, o acompanhamento de projectos multinacionais e multifuncionais e o acompanhamento e acções correctivas dos resultados do Banco.

Comité de Riscos e Investimentos (CRI)

Este Comité tem por âmbito o risco de contrapartida em todo o tipo de operações. A sua missão consiste na autorização de operações que lhe sejam apresentadas e na definição de políticas de risco.

Comité de Activos e Passivos (CAP)

Este Comité tem por missão o controlo e acompanhamento de riscos derivados da taxa de juro, por razões estruturais ou tomada de posições, o risco de câmbio e o risco de liquidez.

Cabe-lhe estabelecer os limites á tomada de posições e decidir sobre as posições estruturais a manter ou a corrigir e, em geral, a gestão financeira do Banco.

3. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. no cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias de informação, vem apresentar à Assembleia Geral, relativamente ao exercício de 2002, o seu relatório sobre as actividades e resultados das diferentes Áreas do Banco, bem como as contas individuais, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal, das Certificações Legais e do Relatório dos Auditores Externos

3.1 Enquadramento Macro-Económico

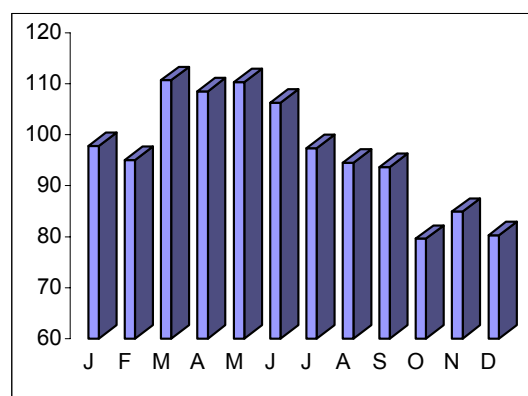
3.1.1. Economia Internacional

O ano de 2002 caracterizou-se por sucessivas quebras de expectativas na anunciada retoma da economia mundial. O acentuado abrandamento da economia contrariou a ténue aceleração verificado no início do ano e traduziu-se num crescimento que não deverá exceder 2,8%, a nível mundial.

A desejada revitalização da economia norte americana, previsível a partir do segundo trimestre, não se concretizou e a volatilidade dos mercados, a fragilidade do consumo e os escândalos das contas das empresas, potenciaram as incertezas quanto à sua recuperação.

Os factores geradores de uma reforma sustentada não poderão continuar a ser dependentes exclusivamente do consumo, cujo crescimento foi alicerçado em baixas taxas de juro e em elevados benefícios fiscais. Aliás, a reduzida taxa de poupança das famílias, o seu elevado endividamento, a incipiente dinamização do mercado de capitais e o aumento da taxa de desemprego, que atingiu os 6%, influenciaram negativamente o nível da confiança dos consumidores ao longo de 2002.

Índice de Confiança dos Consumidores - USA

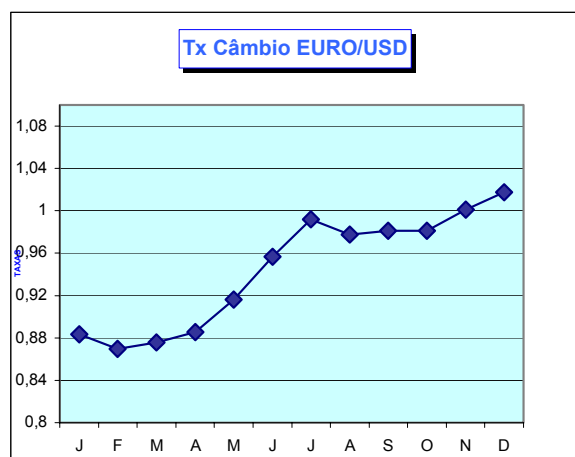


Fonte: Bloomberg

Apesar de se prever um crescimento do PIB de 2,3% os indicadores associados ao investimento, como a taxa de utilização da capacidade instaladas e as encomendas de bens duradouros, foram decepcionantes. Neste contexto e atendendo à existência de uma taxa de inflação controlada, de elevados índices de produtividade e de custos salariais em queda, o FED prosseguiu a sua política expansionista e baixou, em 6 de Novembro, a taxa de cedência para 1,25%.

A incerteza face ao ritmo e consistência da retoma americana aliado ao contínuo e elevado défice da Balança de Transacções Correntes, que

atinge mais de 4% do PIB americano, e à diminuição da expectativa de retornos de investimentos denominados em USD, levou a uma clara apreciação do euro a partir de Março atingindo um máximo de três anos em finais de Dezembro, apreciação essa que se mantém sustentado acima da paridade.



Fonte: BdePortugal-Boletim Estatístico

Para 2003 a elevada incerteza subsiste, quer ao nível económico quer ao nível geopolítico. As políticas monetárias e orçamentais expansionistas irão prosseguir por forma a dinamizar a procura e a estimular o crescimento, mas há que ter em atenção as consequências de uma possível guerra, nomeadamente na criação de tensões inflacionistas.

Atendendo a que a correcção da crise estrutural é, por definição, longa e que os factores de incerteza são elevados, espera-se assistir a uma retoma moderada, principalmente a partir da segunda metade de 2003 e, uma vez mais, liderada pelos EUA.

Indicadores Económicos

	2001	2002	2003P
Inflação			
EUA	2,8	1,5	2,1
Z.Euro	2,5	2,2	1,9
Japão	-0,7	-1,2	-1,2

Fonte: OCDE; FMI; Comissão Europeia

Indicadores Económicos

Tx. Cresc.	2001	2002	2003P
PIB			
EUA	0,3	2,3	2,5
Z.Euro	1,4	0,8	2,0
Japão	0,3	-0,6	1,0

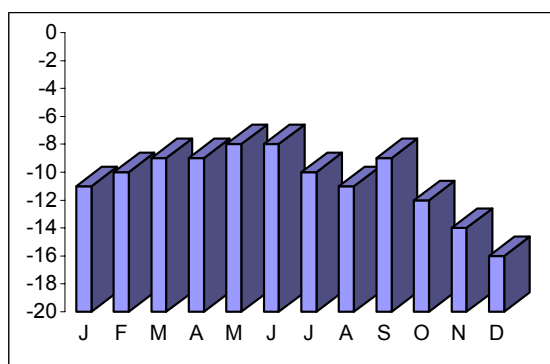
Fonte: OCDE; FMI; Comissão Europeia

3.1.2. Economia da Zona Euro

A recuperação da Zona Euro processou-se igualmente a um ritmo muito moderado e assente num perfil diferente daquele que vigorou na economia americana. O crescimento, que se prevê não ultrapassar os 0,8%, não assentou no consumo, deprimido, nem no investimento, mas sim na dinâmica da procura externa a qual, no actual contexto internacional, condicionou a fragilidade da retoma.

Adicionalmente, as três maiores economias da zona (Alemanha, França e Itália) não dispõem, por imposição do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), da possibilidade de implementar políticas fiscais expansionistas que dinamizem a procura interna, fragilizada pela degradação do mercado de trabalho e pelo risco de um cenário deflacionista e incerto.

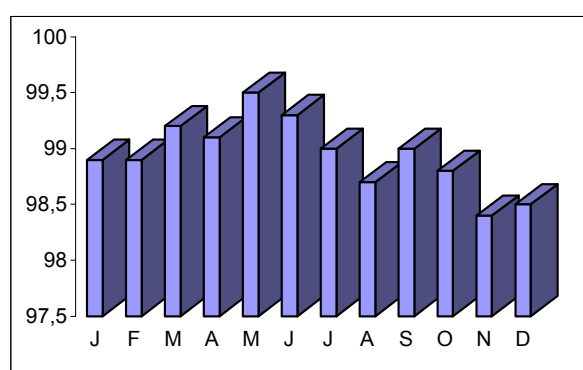
Índice de Confiança dos Consumidores – Z.E.



Fonte: BdePortugal-Indicadores de Conjuntura

A quase generalidade dos indicadores económicos apresentaram, nomeadamente no segundo semestre, um comportamento decepcionante e as expectativas dos empresários denotaram a dificuldade de anteciparem o rumo e amplitude da evolução da procura, nomeadamente quando variáveis como a guerra com o Iraque se aliaram a cortes orçamentais e políticas fiscais pró-cíclicas.

Indicador de Clima Económico – Z.E.



Fonte: BdePortugal-Indicadores de Conjuntura

Neste contexto foi necessário empreender uma política monetária orientada para estimular a actividade económica. A inexistência de pressões inflacionistas e a valorização do euro permitiram, ao BCE, proceder a um corte agressivo de 50 p.b. e baixar a taxa *Refi*, em Dezembro, para 2,75%. Para 2003, apesar da Comissão Europeia equacionar a possibilidade de um crescimento negativo no primeiro trimestre, a previsão para o crescimento do PIB é de 1,8%. Para a prossecução deste objectivo e dados os constrangimentos orçamentais, não é de descartar a possibilidade de o BCE proceder a um novo corte de taxas de juro caso a reanimação económica tarde, as incertezas prossigam, ou o Euro se valorize excessivamente face ao USD, o que condicionaria a retoma do sector exportador.

3.1.3. Economia Portuguesa

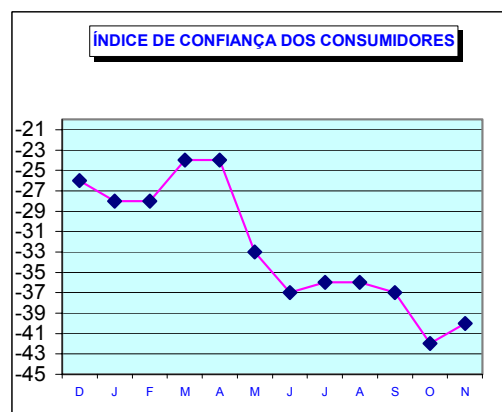
Depois de ter crescido 1,7% em 2001 a economia portuguesa, mercê do forte abrandamento verificado na procura interna, sofreu uma quebra assinalável no ritmo de crescimento prevendo-se que o PIB não cresça mais de 0,5% em 2002. Os dados apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística, INE, relativos ao terceiro trimestre, confirmam a assinalável desaceleração da actividade económica, com o PIB a recuar 0,5%, em termos homólogos. Esta quebra é explicada por uma retracção significativa do investimento, que caiu 7,2% face a igual período do ano anterior e pela estagnação do consumo.

Indicadores Económicos

Portugal	2001	2002E	2003P
PIB	1,8	0,7	1,2
Inflação	4,4	3,6	2,9
Desemprego	4,1	4,4	5,5

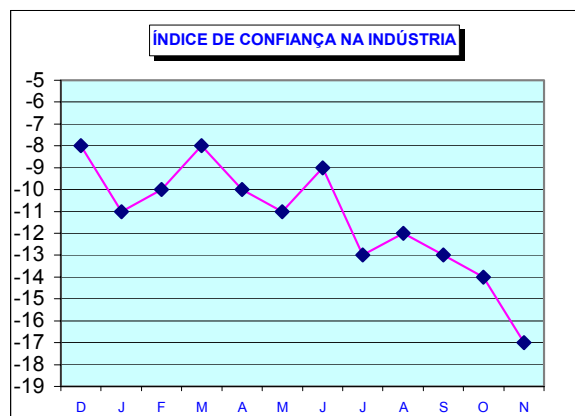
Fonte: BdePortugal; INE; Comissão Europeia

Diluído o efeito taxa de juro, com a taxa de desemprego em franca progressão, passando de 4,5% para 5,1% no terceiro trimestre e excessivamente endividados, os consumidores retraem-se e antecipam dificuldades acrescidas.



Fonte: BdePortugal-Indicadores de Conjuntura

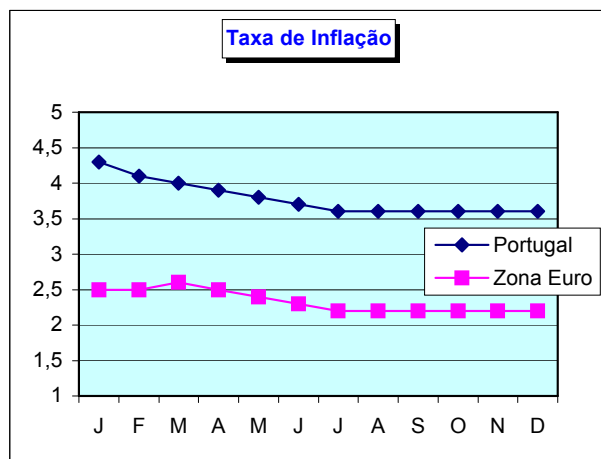
Este clima depressivo é extensível aos investidores e agravado pelo elevado grau de indefinição da retoma da economia e pela contenção da despesa pública.



Fonte: BdePortugal-Indicadores de Conjuntura

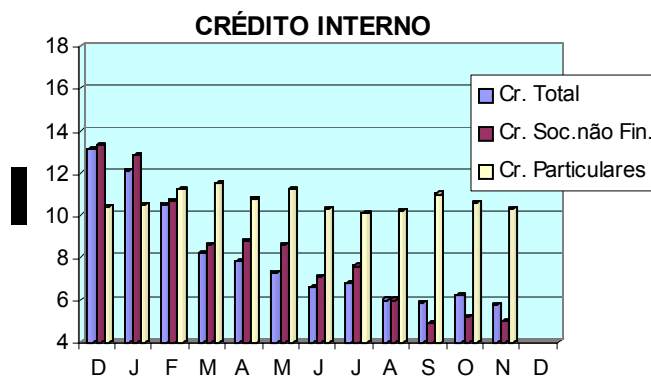
O esforço inadiável de consolidação orçamental permitiu que, em 2002, o défice se mantivesse dentro dos limites definidos para o PEC e atingisse um valor de 2,8% face a 4,2% em 2001. Para a prossecução deste objectivo contribuiu o aumento da taxa máxima do IVA, de 17% para 19%, o perdão de juros a contribuintes faltosos e a obtenção de receitas extraordinárias. Para 2003 antevê-se, por parte do Governo, a continuação do esforço de contenção dos gastos públicos e a implementação de políticas restritivas e não dinamizadoras da procura interna. Espera-se igualmente a implementação consistente de reformas estruturais que promovam a eficiência e a competitividade da economia portuguesa.

Negativo para a competitividade foi igualmente o comportamento dos preços que, apesar de apresentar uma trajectória descendente em 2002, manteve-se acima do verificado nos nossos principais parceiros comunitários, fixando-se a taxa de inflação média em 3,6%.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

A persistente fraqueza da actividade económica condicionou de forma clara a evolução do crédito interno. A visível desaceleração esteve em consonância com o decréscimo da actividade produtiva e com o elevado grau de endividamento dos agentes económicos. Este comportamento é especialmente notório no que respeita às empresas que, condicionadas pelas expectativas negativas de retoma da procura nacional e externa, adiam decisões de investimento.



Fonte: BdePortugal-Boletim Estatístico

O crédito a particulares manteve um crescimento estável devido apenas ao andamento positivo do crédito à habitação, reflexo ainda das sucessivas descidas da taxa de juro. Em contrapartida o crédito ao consumo apresentou, nomeadamente a partir de

Maio, uma trajectória claramente descendente e contraccionista.

As dificuldades da economia portuguesa em 2002 traduziram igualmente o necessário processo de ajustamento interno a um novo modelo económico que controlasse as principais debilidades estruturais ao nível das contas públicas e do défice externo. Esse processo de ajustamento prosseguirá, inevitavelmente, em 2003.

CENÁRIO MACROECONÓMICO - 2003

Taxas de crescimento	2001	2002	2003
CONSUMO PRIVADO	1,0	0,0 -	0,25 -
CONSUMO PÚBLICO	2,9	1,5	-1,0
FBCF	-0,4	-5,0 -	-4,25 -
EXPORT.	1,7	1,0 -	5,0 -
IMPORT.	0,1	-2,25 -	0,25 -
PIB	1,8	0,25 -	0,25 -
TX. INFLA.	4,4	3,7	2,4 -
BALANÇA CORR. (%PIB)	-8,4	-6,5 -	-6,0 -
		-5,5	-4,0

Fonte: Banco de Portugal - Boletim Económico-Dez 02

A significativa dependência da procura externa que, segundo o Banco de Portugal, terá de crescer 5% em 2003 para que o PIB português cresça cerca de 0,8%, num contexto de potenciais conflitos bélicos e numa situação depressiva das economias dos nossos principais parceiros comerciais, poderá obrigar a novas revisões em baixa para o crescimento da economia portuguesa. O processo de convergência com a União Europeia só deverá ser retomado a partir de 2004.

O ambiente de elevada incerteza económica e política condiciona, necessariamente, a acuidade das previsões efectuadas para 2003 e obrigará à sua constante monitorização e eventual revisão. O cenário macroeconómico previsto para Portugal baseia-se no pressuposto de uma retoma económica na Europa suficientemente expressiva que permita um dinamismo significativo das nossas exportações.

3.2. Actividade das Principais Áreas do Banco

BANCA COMERCIAL

Em 2002, a actividade da Banca Comercial do BBVA Portugal caracterizou-se por um lado, pelo reforço da estratégia adoptada nos últimos anos -oferta permanente aos seus clientes de produtos e serviços de alto valor acrescentado – e, por outro, pelo incremento substancial da sua base de clientela através de lançamento de produtos inovadores.

O Crédito ao Consumo, apesar do carácter recessivo desta componente de crédito em termos do conjunto da economia teve, no BBVA, uma boa performance. É no entanto de destacar, como a componente mais dinâmica da actividade creditícia do BBVA Portugal em 2002, o Crédito à Habitação que cresceu 35,5%.

O lançamento de novos produtos de passivo, de que são exemplo os Depósitos Estruturados, com potencial de excelente rentabilidade e capital garantido, permitiu captar e fidelizar novos clientes e contribuiu para o crescimento de recursos em 2002. Também os Fundos de Investimento Mobiliário representaram, no global da gestão de recursos dos seus clientes, um papel determinante.

No âmbito da captação de clientes particulares foi lançada, através uma forte campanha publicitária, uma conta à ordem, inovadora no mercado português, com surpresas permanentes para os seus clientes - a “Conta Surpresa BBVA” – que em paralelo com diversas acções de marketing directo potenciaram o duplo efeito captação/fidelização.

Será também de salientar a interacção com a Banca Corporativa e Banca Institucional, tendo em vista a oferta de pacotes de produtos específicos aos colectivos desses clientes com valor acrescentado para os mesmos.

Ainda ao longo de 2002, na área de Canais Complementares procurou-se consolidar as bases do projecto iniciado já em 2001, salientando-se uma maior e mais eficaz cobertura geográfica pela rede de promotores. Relativamente à Linha BBVA foram introduzidas novas funcionalidades para satisfação das necessidades dos clientes.

No que respeita ao segmento de Empresas, 2002 foi um ano marcado por uma conjuntura difícil e complexa, a exigir redobrados esforços na gestão e acompanhamento do risco em carteira, resultantes de um exercício em que foi necessária uma reacção e adaptação às crescentes dificuldades que afectam a economia portuguesa e a maioria dos sectores de actividade.

A actividade cresceu, não obstante, a níveis bastante satisfatórios, quer numa óptica quantitativa como qualitativa. Com efeito, o crescimento do volume de negócios de 11,4% foi acompanhado de um reforço dos níveis de vinculação e “cross-selling” e redução do rácio de mora.

Do esforço comercial desenvolvido neste enquadramento económico adverso, são ainda de destacar:

- o reforço da presença do serviço de banca electrónica na relação com Clientes, nomeadamente o lançamento do SIETE Internacional e o óptimo nível de resultados conseguido na sua colocação;

- as performances alcançadas na comercialização pela rede de agências BBVA do produto Leasing, em articulação com a associada BBVA Leasimo, que revelaram um crescimento de 24% do número de operações formalizadas e de 38% no volume de negócios facturado, relativamente ao ano anterior;

- o desenvolvimento de sinergias com a associada BBVA Financiamento, sistematizando o alargamento da oferta de produtos de valor acrescentado aos Clientes de Banca de Empresas, através de um importante esforço na divulgação do Renting com resultados imediatos e expectativas a consolidar em 2003;

- a melhoria generalizada dos indicadores de morosidade, tendo como resultado final uma redução do rácio de mora da Banca Comercial de 1,84% em 2001 para 1,51% no final do exercício de 2002, em clara demarcação com a tendência do indicador médio do sector que se agravou para os 2,47%.

De referir a autonomização, em 2002, da **Área de Banca Institucional** que se destacou pela celebração de 14 Convénios originando assinaláveis sinergias no que concerne a crédito hipotecário, crédito pessoal e captação de depósitos.

MEIOS

A Área de Meios, dando seguimento à estratégia de aumento da produtividade e de aproximação ao cliente, desenvolveu e enquadró as necessárias transformações ao nível da estrutura tecnológica, que permitiram a maximização da utilização dos Canais Complementares.

É de assinalar, pelo impacto que tem na dinamização da cultura de aproximação ao cliente, a implementação do Sistema de Débitos Directos na sua vertente Credora, que permitiu uma maior fluidez de comunicação entre os clientes do segmento corporativo e empresarial e o BBVA.

A implementação da nova rede de comunicações baseada nas modernas tecnologias, reflectiu a adaptação às crescentes necessidades do Mercado e permitiu igualmente, face aos nossos clientes, um tratamento mais próximo, de maior qualidade e que cumprisse os seus elevados graus de exigência.

Por forma a simplificar processos operativos e racionalizar custos, procedeu-se à subcontratação de serviços que eram efectuados internamente. Procedeu-se igualmente a acções específicas de controlo e de renegociação de contratos que contribuíram para melhorar a eficiência.

BANCA CORPORATIVA GLOBAL

2002 foi um ano de consolidação do relacionamento com os grandes clientes em Portugal. Para cobrir as necessidades do colectivo de clientes integrou-se a Área de Mercado de Capitais, englobando Corporate Finance e Originação de dívida, dentro das responsabilidades da Banca Corporativa Global. Com esta mudança o BBVA dá resposta às necessidades do cliente com um leque mais completo de serviços e produtos mantendo um único ponto de contacto.

A Unidade está composta por duas áreas de clientes (globais e nacionais) e por três áreas de produtos (Trade Finance, Mercado Capitais, e Negócios

e Produtos). A área de clientes globais manteve a liderança do mercado nas grandes multinacionais e a área de clientes nacionais, criada em 2001, passou a ser uma referência no mercado. De acordo com um estudo de mercado realizado pela Indicator@, conclui-se que o BBVA tem uma capacidade de penetração de 82% nas multinacionais, sendo Banco Líder em 27% destas empresas e atingiu uma capacidade de penetração de 30% nas grandes empresas nacionais.

Esta Área continua a desenvolver produtos que permitam não só acompanhar o processo de globalização dos seus clientes como também melhorar a eficiência nos serviços de banca transaccional (cobranças e pagamentos), baseados numa banca electrónica em contínua evolução. Nesta vertente o BBVA lidera o mercado das concentrações de tesouraria (cash pooling) a nível ibérico, conduzindo a uma maior eficiência dos recursos financeiros

A nível da actividade de “Project Finance” o BBVA manteve o envolvimento na maioria dos financiamentos das concessões de auto-estradas (“SCUT”). Nos produtos de dívida lideramos a emissão de Programas de Papel Comercial para os principais grupos nacionais e internacionais.

Proseguiu, em 2002, a excelente qualidade da gestão de risco que permitiu à Banca Corporativa Global manter um rácio de mora inferior a 0,25% e totalmente provisionado. Iniciou-se igualmente a implementação do acordo de Basileia II para cálculo do risco de crédito, mercado e operativo.

RECURSOS HUMANOS

O Capital Humano constitui um dos nossos activos mais valiosos, razão pela qual se continuou, ao longo de 2002, a desenvolver uma política de Recursos Humanos pautada pela constante preocupação em seleccionar, formar, responsabilizar e motivar os nossos Colaboradores, no âmbito do processo de criação de valor.

Neste sentido, iniciou-se a implementação de uma nova política de gestão de Recursos Humanos, assente em dois pilares fundamentais: a identificação e o desenvolvimento da Cultura Corporativa do nosso Grupo e a Gestão por Competências. Estes dois pilares são, na sua essência, o suporte da nossa política de Recursos Humanos, cujo objectivo final reside na identificação e na valorização do talento individual de cada Colaborador, o qual se traduz em valor acrescentado para o Cliente, o Accionista, as Pessoas e a Sociedade em geral.

Por sua vez, o Modelo de Gestão por Competências, ao estabelecer a relação e o contraste entre o perfil de cada função e o perfil profissional de cada Colaborador, visa possibilitar uma preparação e uma formação mais consentâneas com as necessidades do nosso Banco e a realização profissional individual.

No que respeita à estrutura de Pessoal, prosseguiu-se o esforço de racionalização e de optimização, tendo o quadro de pessoal do Banco passado a ser constituído por 828 colaboradores, através da continuação do plano de reformas, já aplicado em anos anteriores conjugado com a incorporação de novos colaboradores com habilitações e competências específicas, o que nos possibilitou a renovação da nossa Equipa, tendo-se a

média de idades situado em 36,47 anos.

No que respeita à Política de Pessoal, verificou-se um crescimento da massa salarial baseado numa gestão criteriosa e rigorosa, tendo em conta o desempenho e o mérito individuais.

O programa de Formação visou o desenvolvimento pessoal e profissional dos nossos colaboradores, tendo sido dada prioridade absoluta não só às áreas de negócio mas também às áreas técnicas e de apoio. Foram assim implementados programas específicos, tanto em Portugal como no nosso Centro Corporativo de Formação em Espanha, que envolveram 2150 participantes, num total de 28 500 horas de formação

3.3 Breve Análise de Actividade e Resultados Individuais

Introdução- Condicionantes da actividade

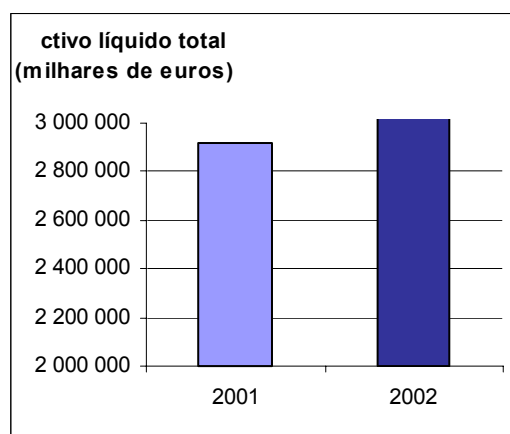
O ano de 2002 foi particularmente difícil para o sistema financeiro, assolado por uma retoma económica sistematicamente adiada, por quebras significativas de confiança dos agentes económicos e pelo desenhar de conflitos geopolíticos de consequências ainda dificilmente mensuráveis. Em Portugal, a necessária correcção do modelo de crescimento conjugado com a inadiável implementação de uma política orçamental restritiva potenciada por uma débil envolvente macro-económica, provocou uma quebra acentuada da procura interna.

Com o investimento em contracção e o consumo com taxas de crescimento pouco significativas e, inclusivamente, em queda após o segundo trimestre, a Banca defrontou-se com o abrandamento do Crédito Interno que, segundo dados do Banco de Portugal e em termos homólogos, passou de 13,7% em Dezembro de 2001 para 6,2% em Dezembro de 2002. O estreitamento das margens, num contexto de queda de taxas de juro, dificultou igualmente a obtenção de recursos e a existência de um mercado de capitais deprimido, condicionando a obtenção de receitas nas actividades de “trading” e de corretagem, dificultou ainda mais a actividade bancária.

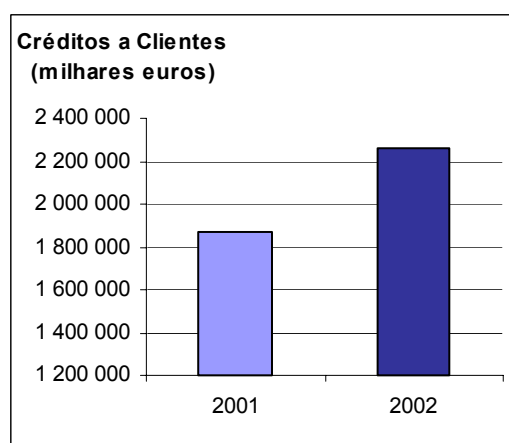
É neste contexto que a estratégia do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), centrada na prossecução de uma política de crescimento selectivo da base de negócio e alicerçada numa melhoria continuada da eficiência, se revela como a mais adequada para enfrentar os novos desafios.

Análise do Balanço

Face ao ano anterior o Activo Total Líquido atingiu, em 2002, 3.061 milhões de euros o que significa um acréscimo de 4,9 % face ao ano anterior.



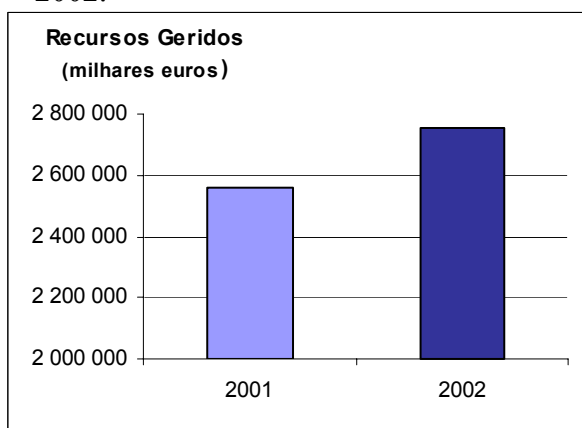
Esta evolução deveu-se a um expressivo crescimento de 20,5% no Crédito a Clientes, evolução essa significativamente superior à do mercado. Para este desempenho foi determinante o segmento de Crédito à Habitação, um dos produtos mais dinâmicos e concorrenciais do banco, que cresceu 35,5%.



A desaceleração do Crédito às Empresas reflectiu a quebra significativa do investimento, o pessimismo dos empresários e o sobre endividamento dos últimos anos. A atitude prudente de avaliação de novos financiamentos, por parte da Banca,

contribuíram igualmente para esta desaceleração. Segundo o Banco de Portugal, esta componente do crédito cresceu, em Dezembro de 2002 e em termos homólogos, 7,9%, quando em Dezembro de 2001 tinha crescido 13,3%. Atendendo a estas condicionantes o Crédito às Empresas, concedido pelo Banco, apresentou uma quebra marginal, se compararmos os saldos médios de Dezembro de 2002 face aos valores do período homólogo do ano anterior.

Em termos de estrutura do Activo, o peso do Crédito a Clientes cresceu de 64,2% em 2001 para 73,7% em 2002. O total de Recursos geridos cifrou-se em 2.754.960 milhares euros, o que traduz um crescimento de 7,6% em 2002.



De salientar o crescimento positivo, embora marginal, dos Depósitos de Clientes que cresceram 1,2%. Este crescimento foi apoiado na evolução dos Depósitos à Ordem que aumentaram, em termos homólogos, 6,7%. Este comportamento traduz o sucesso de novos produtos direccionados para a rede de retalho, de que é exemplo a “Conta Surpresa”, e evidencia o potencial acrescido de evolução positiva desta conta do Balanço. Em contrapartida, quer pela débil situação macroeconómica, quer pela concorrência de produtos de poupança alternativos, os Depósitos a Prazo registaram em Dezembro de

2002 um decréscimo de 3,3% face a Dezembro de 2001.

Evolução da Actividade

	2002	2001	%
Activo L.T.	3.061	2.917	4,9
Crédito Clientes	2.256	1.873	20,5
Débitos Clientes	1.592	1.573	1,2
Capitais Próprios	180	179	0,3

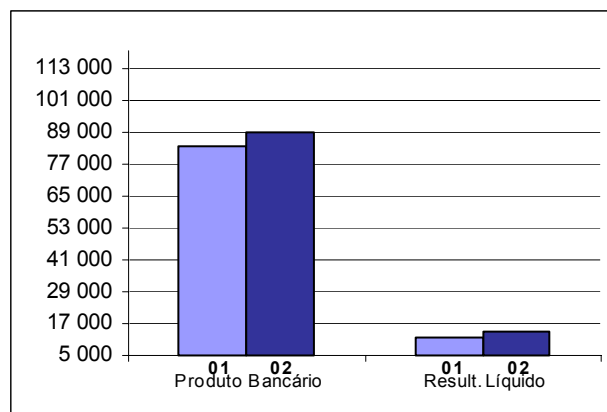
uni: milhões de euros

Análise da Conta de Resultados

O BBVA Portugal obteve, em 2002, um Resultado Líquido de 13.970 milhares de euros, o que representa um crescimento de 18,2% face ao montante registado no ano anterior. Este Resultado foi deveras favorável, atendendo ao adverso enquadramento macroeconómico.

O Produto Bancário cresceu 6,9% face aos valores do ano anterior, mais que compensando, via acréscimo dos Outros Proveitos Líquidos, a quebra de 8,1% da Margem Financeira que continua pressionada pelas baixas taxas de juro, pela acrescida concorrência na captação de recursos e pela criteriosa política de concessão de crédito.

Mercê de um bem sucedido esforço de racionalização e optimização de recursos, o Rácio de Eficiência (Custos Administrativos / Produto Bancário) apresentou, em consonância, uma melhoria de 1,4 pontos percentuais, situando-se em 64,9%.



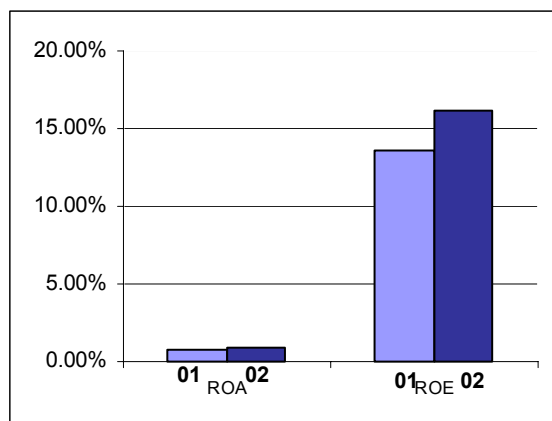
O crescimento do Produto Bancário aliado à contenção dos Gastos Gerais Administrativos, foram os factores decisivos na obtenção de um crescimento significativo dos resultados.

Indicadores de Rendibilidade

	2002	2001	%
Resultado Líquido	13.970	11.821	18,2
ROE	16,17%	13,65%	18,5
ROA	0,91%	0,81%	12,7

uni: milhares de euros

Apesar das dificuldades sentidas por todo o sector, a evolução dos indicadores de Rendibilidade foram positivas. A Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) evolui de 13,65% em 2001 para 16,17% em 2002 e a Rendibilidade do Activo (ROA) atingiu os 0,91% em 2002 face a 0,81% em 2001.



Este ano foi igualmente empreendido o processo de fusão por incorporação da sociedade BBVA Midas, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SGPS, no Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), em 23 de Dezembro.

O Resultado alcançado em 2002 assentou assim numa política de crescimento selectivo da base de negócios, direccionando-o para segmentos de mercado preferenciais e foi sustentado por exigentes critérios de prudência e eficazes instrumentos de controlo e gestão de risco que permitiram ao BBVA manter o seu excelente Rácio de Mora abaixo de 1%.

O BBVA Portugal prosseguirá assim a política implementada de oferecer serviços de valor acrescentado aos seus clientes, sem descuidar critérios de rentabilidade e solidez financeira e com a preocupação de racionalizar os custos de funcionamento por forma a obter ganhos significativos de eficiência.

3.4 Reconhecimento Público

Às pessoas e entidades que permitiram a consecução das metas e objectivos definidos para este exercício, nomeadamente às autoridades Monetárias e Financeiras, aos nossos clientes, a todos os quadros e colaboradores, assim como aos restantes titulares dos Órgãos Sociais, quer o Conselho de Administração deixar expressos os seus agradecimentos pela colaboração demonstrada.

O Conselho de Administração

Lisboa, 19 de Fevereiro de 2003

3.5 Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido apurado no exercício foi de 13.970.114,61 (treze milhões, novecentos e setenta mil, cento e catorze euros e sessenta e um cêntimos)

O Conselho de Administração do Banco, ao Abrigo da alínea b) do Artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais e do ponto 2 do Artigo 20º dos Estatutos e em consonância com a estratégia definida pelo grupo BBVA para Portugal, propõe a seguinte distribuição de resultado do exercício:

- Para reserva legal: 1.397.011,47 (um milhão, trezentos e noventa e sete mil, onze euros e quarenta e sete cêntimos)

- Para resultados transitados: 12.573.103,14 (doze milhões, quinhentos e setenta e três mil, cento e três euros e catorze cêntimos)

4. Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

4.1 Informação sobre os accionistas

De acordo com os Artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se seguidamente a relação dos titulares de acções da Sociedade que fazem parte dos Órgãos Sociais:

Accionista	José Eduardo Vera Cruz Jardim
Nº de Acções Detidas	10
Órgão Social	Presidente do Conselho de Administração

O referido accionista não é detentor de qualquer obrigação emitida pelo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. e manteve constante, após a sua aquisição e até ao final do exercício de 2002, a sua posição de accionista.

De acordo com o ponto 4 do referido Artigo 448º, informa-se que o accionista Canal International Holding, S.A. é detentor de 113.094.800 acções, correspondendo a 90,4758% do capital social da sociedade e que o accionista Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. é detentor de 11.905.000 acções, correspondendo a 9,5240% do capital social da sociedade.

Balço em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

(Valores expressos em milhares de Euros)

A C T I V O	Ano			Ano Anterior (Líquido)
	Activo Bruto	Amortizações e Provisões	Activo Líquido	
1. Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	47.519	-	47.519	48.730
2. Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	80.475	-	80.475	93.735
3. Outros créditos sobre instituições de crédito	383.699	21	383.678	606.352
4. Créditos sobre clientes	2.271.654	15.823	2.255.831	1.872.570
5. Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:	59.165	111	59.054	101.497
a) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - de emissores públicos	6.556	6	6.550	6.539
b) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - de outros emissores	52.609	105	52.504	94.958
(Dos quais: Obrigações próprias)	-	-	-	-
6. Acções e outros títulos de rendimento variável	8.989	-	8.989	88
7. Participações	4.452	499	3.953	4.070
8. Partes do capital em empresas coligadas	46.012	-	46.012	52.624
9. Imobilizações incorpóreas	52.897	44.905	7.992	7.457
10. Imobilizações corpóreas (Dos quais: Imóveis)	134.844 (89.918)	60.985 (23.413)	73.859 (66.505)	74.092 (66.295)
11. Capital subscrito não realizado	-	-	-	-
12. Acções próprias ou partes de capital próprias	-	-	-	-
13. Outros activos	16.950	1.228	15.722	6.445
15. Contas de regularização	77.745	-	77.745	49.254
16. Prejuízo do exercício	-	-	-	-
Total do Activo	3.184.401	123.572	3.060.829	2.916.914

(Valores expressos em milhares de Euros)

P A S S I V O	A n o	Ano Anterior
1. Débitos para com instituições de crédito	1.163.109	987.123
a) À vista	205.694	126.746
b) A prazo ou com pré-aviso	957.415	860.377
2. Débitos para com clientes:	1.591.851	1.572.935
a) Depósitos de poupança	34.049	31.791
b) Outros débitos	1.557.802	1.541.144
ba) À vista	754.761	707.597
bb) A prazo	803.041	833.547
3. Débitos representados por títulos:	-	-
a) Obrigações em circulação	-	-
b) Outros	-	-
4. Outros passivos	6.236	29.308
5. Contas de regularização	20.663	48.676
6. Provisões para riscos e encargos:	26.580	27.250
a) Provisões para pensões e encargos similares	-	-
b) Outras provisões	26.580	27.250
6A. Fundo para riscos bancários gerais	3.875	3.710
8. Passivos subordinados	69.000	69.000
9. Capital subscrito	125.000	125.000
10. Prémios de emissão	7.008	7.008
11. Reservas	17.947	30.132
12. Reservas de reavaliação	4.951	4.951
13. Resultados transitados	10.639	-
14. Lucro do exercício	13.970	11.821
Total do Passivo e da Situação Líquida	3.060.829	2.916.914
1. Passivos eventuais	492.265	528.584
Dos quais:		
Aceites e compromissos por endosso de efeitos redescontados	1.105	2.560
Cauções e activos dados em garantia	-	-
2. Compromissos	2.159.685	50.859
Dos quais:		
Compromissos resultantes de operações de venda com opção de recompra	-	-

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO : PRESIDENTE - JOSÉ EDUARDO VERA CRUZ JARDIM

Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

(Valores expressos em milhares de Euros)

DÉBITO	A n o	Ano Anterior	CRÉDITO	A n o	Ano Anterior
A. C U S T O S			B. P R O V E I T O S		
1. Juros e Custos Equiparados	76.758	103.870	1. Juros e Proveitos Equiparados	125.033	156.423
2. Comissões	2.596	2.378	Dos quais: (- de títulos de rendimento fixo)	(3.023)	(6.771)
3. Prejuízos em Operações Financeiras	39.245	10.335	2. Rendimento de Títulos	162	384
4. Gastos Gerais Administrativos	58.035	55.440	a) - Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos de rendimento variável	75	316
a) - Custos com o Pessoal	35.212	32.230	b) - Rendimento de participações	55	68
Dos quais: (- salários e vencimentos)	27.854	24.655	c) - Rendimento de partes de capital em coligadas	32	-
(- encargos sociais)	7.006	7.268	3. Comissões	23.501	20.548
Dos quais: (- c/pensões)	2.170	2.693	4. Lucros em Operações Financeiras	47.268	12.081
b) - Outros Gastos Administrativos	22.823	23.210	5. Reposições e Anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	8.905	11.024
5. Amortizações do Exercício	8.326	8.165	6. Reposições e Anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas	63	-
6. Outros Custos de exploração	256	767	7. Outros Proveitos de exploração	12.781	12.135
7. Provisões Para Crédito Vencido e Para Outros Riscos	16.460	17.336	8. Resultado da Actividade Corrente	-	-
8. Provisões Para Imobilizações Financeiras	5	138	9. Ganhos Extraordinários	4.822	4.317
10. Resultado da Actividade Corrente	(16.032)	(14.166)	11. Prejuízo do exercício	-	-
11. Perdas Extraordinárias	6.281	5.919			
13. Impostos Sobre Lucros	109	169			
14. Outros Impostos	494	574			
15. Lucro do exercício	13.970	11.821			
T O T A L	222.535	216.912	T O T A L	222.535	216.912

Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2002 e 2001

Indicações obrigatórias constantes do Plano de Contas para o Sistema Bancário e das Normas do Banco de Portugal, no âmbito dos anexos às instruções n.º 4/96 (BNBP n.º 1, 17.06.96) – VII e n.º 71/96 (BNBP n.º 1, 17.06.96) - II:

1. Não existem alterações de critérios que afectem a comparabilidade de valores.
2. Não existem situações relevantes que, constando de uma rubrica do balanço poderiam no todo ou em parte, ser incluídas noutras rubricas.
3. Às diversas rubricas das contas anuais do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A., foram aplicados os critérios de avaliação estabelecidos no PCSB.

Os saldos expressos em moeda estrangeira foram convertidos em moeda nacional por aplicação dos câmbios indicativos, divulgados pelo Banco de Portugal, para 31 de Dezembro de 2002 e 2001.

4. Não se verificaram derrogações dos critérios valorimétricos definidos no Plano de Contas.
5. Não existem diferenças significativas entre a avaliação dos activos efectuada no balanço e a avaliação de mercado.
6. As Participações financeiras superiores ou iguais a 20% dos respectivos capitais próprios detidas directamente pela instituição estão detalhadas no quadro n.º 1.
7. As obrigações e outros títulos de rendimento fixo que se vencem no ano que se segue à data do encerramento do balanço são apresentadas como segue:

	Euros'000	
	2002	2001
• De emissores públicos	365	18.485
• De outros emissores	39.398	23.139

8. À data de 31 de Dezembro de 2002, o Banco não detém quaisquer créditos, representados ou não por títulos, sobre empresas com ligação de participação, incluídos nas rubricas 2 a 5 do activo.
9. Os créditos perante empresas coligadas são apresentados como segue:

	Euros'000	
	2002	2001
• BBVA Leasing	-	72.737
• BBVA SFAC	625	58.188
• BBVA Leasimo	53.579	49.336

10. A carteira de títulos do Banco está detalhada no Quadro n.º 2, em anexo.
11. Os movimentos das imobilizações, para o exercício de 2002, encontram-se detalhados no Quadro n.º 3.
12. À data de 31 de Dezembro de 2002, o Banco não detém activos subordinados.
13. À data de 31 de Dezembro de 2002, não existem quaisquer activos cedidos com acordo de recompra firme.
14. Os créditos sobre instituições de crédito e sobre clientes encontram-se detalhados como segue:

	Euros'000	
	2002	2001
• Até 3 meses	1.538.992	1.651.556
• De 3 meses a 1 ano	86.569	51.769
• De 1 ano a 5 anos	189.939	36.122
• Mais de 5 anos	800.930	730.616
• Duração indeterminada	38.923	22.618
	2.655.353	2.492.681
Provisão para crédito	(15.844)	(13.759)
	2.639.509	2.478.922

15. Não foram efectuadas quaisquer reavaliações de imobilizações corpóreas ou financeiras no exercício ou exercícios anteriores, nem amortizações excepcionais.
16. As despesas de estabelecimento registadas pelo Banco no montante de Euros 10.513.059, referem-se aos encargos legais (Conservatória do Registo Comercial, Cartório Notarial, etc.) e outros decorrentes da constituição do BBV, em 28 de Junho de 1991.
17. Não existem, no Banco, situações determinadas por correcções de valor excepcional introduzidas no activo não imobilizado, motivadas por medidas de carácter fiscal.
18. Os montantes dos débitos correspondentes às rubricas e subrubricas 1.b), 2.a), 2.bb) e 3.b) do passivo são apresentados como segue:

	Euros'000	
	2002	2001
• Até 3 meses	1.473.958	1.278.752
• De 3 meses a 1 ano	234.267	400.157
• De 1 ano a 5 anos	86.280	46.806
	<u>1.794.505</u>	<u>1.725.715</u>

19. Não existem, no Banco, à data de 31 de Dezembro de 2002, quaisquer montantes incluídos na subrubrica 3.a) do passivo.
20. À data de 31 de Dezembro de 2002, não existem quaisquer débitos, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 1, 2, 3 e 8 do passivo do Banco, sobre empresas com as quais existia uma ligação de participação.

21. Os débitos representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 1, 2, 3 e 8 do passivo do Banco, sobre empresas coligadas são apresentados como segue:

	Euros'000	
	2002	2001
• BBVA Fundos	4.612	3.750
• BBVA Gest	6.671	5.541
• BBVA SFAC	8.270	-
• BBVA Leasimo	1.530	1.126
• BBVA Leasing	5.062	-
• BBVA Midas – Sociedade Financeira de Corretagem, S.A.	-	5.208
• BBVA Midas, S.G.P.S., S.A	-	2.692
• BBVA Privanza (Portugal) – Soc. Gest. Patrim. S.A.	55	335
• Investalto Participações SGPS, Lda.	-	516
• RG Participações SGPS, Lda.	-	523
• Kantara Limited	175	150

22. Os passivos subordinados são apresentados como segue:

	Data Início	Data Vencimento	Taxa Juro	2002 EUR'000
BBVA Madrid	30-Mar-01	30-Mar-11	Euribor 3M + 0,60%	69.000

23. Em 31 de Dezembro de 2002 os montantes dos compromissos assumidos são apresentados como segue:

	Euros'000	
	2002	2001
• Garantias e avales prestados	487.069	521.332
• Compromissos irrevogáveis		
linhas de crédito irrevogáveis	310.866	50.859

24. Os compromissos assumidos em matéria de pensões de reforma e as respectivas coberturas são detalhados como segue:

	Euros'000	
	2002	2001
Responsabilidades totais assumidas	158.753	146.319
Total dos activos	154.786	142.185
"Deficit" de financiamento	3.967	4.134
% de cobertura	98%	97%

25. Os saldos das provisões constituídas são apresentados como segue:

	Euros'000	
	2002	2001
• Para crédito vencido	15.259	13.226
• Para crédito de cobrança duvidosa	564	502
• Para aplicações instituições de crédito	1	3
• Para outros activos	1.228	1.251
• Para riscos gerais de crédito	20.798	19.290
• Para riscos bancários gerais	3.875	3.710
• Para outros riscos e encargos	5.782	7.960
• Para Imobilizações financeiras	499	499
• Para depreciação de títulos de investimento	111	182
• Para risco país	21	28

26. São contabilizados como Títulos de Negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda, até um prazo de seis meses. A referida venda visa a obtenção de mais-valias por parte do Banco. Sempre que a aquisição dos títulos seja efectuada com a finalidade de conservar esses títulos em carteira por prazo superior a seis meses, então procede-se à sua contabilização como Títulos de Investimento. Como imobilizações financeiras contabilizam-se os títulos representativos de partes de capital em empresas, os quais foram adquiridos com carácter de continuidade, não se prevendo a sua alienação.
27. A decomposição da rubrica de acréscimos e diferimentos de proveitos e custos é apresentada como segue:

	Euros'000	
	2002	2001
• Despesas com custo diferido	48.187	20.492
• Proveitos a receber	9.138	10.543
• Receitas com proveito diferido	2.646	616
• Custos a pagar	13.583	20.908

28. a) Montantes ainda não imputados a custos resultantes de títulos de investimento adquiridos pelo Banco por valor superior ao seu valor de reembolso respeitantes a:

	Euros'000	
	2002	2001
Títulos de investimento adquiridos por valor superior ao seu valor de reembolso	33	13
Títulos de investimento adquiridos por valor inferior ao seu valor de reembolso	140	161

- b) Em 31 de Dezembro de 2002, o valor por que estão contabilizados os títulos de investimento é superior ao que se obteria pela valorização feita com base nos valores de mercado em Euros 52.000 (Euros 154.000 em 31 de Dezembro de 2001).

29. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 o Banco não subscreveu acções.
30. À data de 31 de Dezembro de 2002, não existem quaisquer partes de capital beneficiárias, de obrigações convertíveis ou de títulos ou direitos similares.
31. O desenvolvimento das rubricas de outros activos e outros passivos é apresentado como segue:

	Euros'000	
	2002	2001
<i>13. Outros activos:</i>		
• Outras disponibilidades	5	133
• Devedores	16.945	7.563
	16.950	7.696
Provisão para aplicações	(1.228)	(1.251)
	15.722	6.445

	Euros'000	
	2002	2001
<i>4. Outros passivos:</i>		
• Fornecedores	584	564
• Credores diversos	2.927	3.316
• Outras exigibilidades	2.725	25.428
	6.236	29.308

32. Não existem fundos administrados pelo Banco por conta de outrém.
33. À data de encerramento do Balanço as operações ainda não vencidas referem-se unicamente a operações cambiais e «swaps». Tratam-se de operações para cobrir variações das taxas de câmbio e de juro relativamente ao «funding» do Banco.

34. O efectivo médio de trabalhadores ao serviço do Banco durante o exercício de 2002, distribuído por grandes categorias profissionais é apresentado como segue:

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
• Directores (Conselho)	2	3
• Directores	48	42
• Directores Adjuntos	38	35
• Sub-directores	46	44
• Assistentes de direcção	15	29
• Técnicos e específicos	492	470
• Administrativos	161	183
• Auxiliares	4	3
	<u>806</u>	<u>809</u>

35. O valor total de remunerações atribuídas pelo Banco aos Órgãos de Gestão e Fiscalização é apresentado como segue:

	<u>Euros'000</u>	
	<u>2002</u>	<u>2001</u>
• Remunerações atribuídas no exercício	704	309
• Crédito concedido	574	786

36. Em 31 de Dezembro de 2002, o Banco não presta serviços de gestão e de representação a terceiros.

37. Montante global dos elementos do Activo expressos em moeda estrangeira e convertidos em milhares de euros em 31 de Dezembro de 2002: Euros 86.361.000 (2001: Euros 80.770.000).

Montante global dos elementos do Passivo expressos em moeda estrangeira e convertidos em milhares de euros em 31 de Dezembro de 2002: Euros 86.361.000 (2001: Euros 80.770.000).

38. Os proveitos realizados relativamente às rubricas B1 a B4 e B7 da demonstração de resultados durante o exercício de 2002 foram obtidos com clientes e/ou com operações realizadas em Portugal e na Sucursal Financeira Exterior na Ilha da Madeira e apresentam-se da forma como segue:

	Euros'000	
	2002	2001
• Juros e proveitos equiparados	125.033	156.423
• Comissões	23.501	20.548
• Lucros em operações financeiras	47.268	12.081
• Outros proveitos e lucros	17.602	16.452

39. As principais componentes das rubricas de Outros custos e proveitos de exploração bem como das rubricas de perdas e ganhos extraordinários são apresentadas como segue:

A – Custos

	Euros'000	
	2002	2001
<i>6. Outros custos de exploração:</i>		
• Quotizações e donativos	80	78
• Despesas confidenciais	73	239
• Perdas operacionais	44	18
• Outros	59	432
	256	767

	Euros'000	
	2002	2001
<i>11. Perdas Extraordinárias:</i>		
• Multas e outras penalidades legais	102	114
• Outras perdas extraordinárias	937	346
• Perdas relativas a exercícios anteriores	5.242	5.459
	6.281	5.919

B - Proveitos

	Euros'000	
	2002	2001
<i>7. Outros proveitos de exploração:</i>		
• Rendimento de imóveis	182	167
• Remunerações por exercício de cargos sociais	4	5
• Proveitos de prestação de serviços	2.673	2.453
• Reembolso de despesas	3.612	4.104
• Outros	6.310	5.406
	12.781	12.135

	Euros'000	
	2002	2001
<i>9. Ganhos Extraordinários:</i>		
• Mais-valias na realização de valores imobilizados	2.551	1.802
• Outros ganhos relativos a exercícios Anteriores	2.271	2.515
	4.822	4.317

40. À data de 31 de Dezembro de 2002, existem encargos imputados e encargos pagos relativamente a passivos subordinados no montante de Euros 2.778.000 (2001: Euros 2.473.000).

41. A diferença entre a carga fiscal imputada ao exercício e aos dois exercícios anteriores e a carga fiscal já paga ou a pagar com referência a estes exercícios é apresentada como segue:

	Euros'000
Carga Fiscal imputada	
2000	106
2001	169
2002	109
Carga Fiscal já paga	
2000	(109)
2001	(7)
2002	(1.253)
Diferença	
2002	(1.144)

42. Não existe tratamento fiscal diferenciado entre os resultados correntes e os resultados extraordinários.

43. As contas do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A., são consolidadas nas contas da Canal Holding International, S.A., com sede no Luxemburgo, Rua Aldrigen n.º 14, podendo as contas desta instituição ser obtidas por solicitação escrita dirigida ao Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A, ou directamente à Canal Holding International, S.A., para a morada acima indicada.
44. O Banco não tem empresas filiais instaladas noutros Estados-membros da União Europeia.
45. À data de 31 de Dezembro de 2002, o Banco não tem operações de locação financeira na óptica de locatário.
46. Não foram identificados montantes resultantes das compensações entre saldos devedores e credores em contas internas de regularização efectuadas ao abrigo de contratos de compensação a que se refere a parte final do ponto 1.4 do capítulo II – Normas e Princípios Contabilísticos.
47. As transacções realizadas no exercício de 2002 e os saldos em balanço a 31 de Dezembro entre o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. e as sociedades por si participadas são analisados no anexo I.
48. Não existem operações de Titularização efectuadas durante o exercício de 2002.
49. O Banco assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário (ACTV).

O cálculo actuarial é efectuado com base no método de crédito da unidade projectada e utilizando pressupostos actuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pelo Banco de Portugal.

O Banco financia as suas responsabilidades através do fundo de pensões gerido pela GAN-Vie, empresa de seguros e pela BBVA Fundos - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Em 31 Dezembro 2002 e 2001 o numero de participantes abrangidos por este plano de pensões de reformas é o seguinte:

	2002	2001
<i>Numero de participantes</i>		
Reformados e pensionistas	655	632
Pessoal no activo	767	795
	1.422	1.427

As responsabilidades do Banco por pensões de reforma e respectivas coberturas, em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, calculadas com base no método de crédito das unidades projectadas, é analisada como segue:

	2002	2001
	Euros'000	Euros'000
<i>Responsabilidades por benefícios projectados</i>		
Reformados e pensionistas	127.395	121.315
Pessoal no Activo	31.357	25.004
	158.752	146.319
Valor do fundo	(154.785)	(142.185)
Responsabilidades não financiadas	3.967	4.134
% de cobertura	98%	97%

A variação das responsabilidades não financiadas em 2002 é analisada como segue:

	Diferença de cobertura Euros'000
Valores em 1 de Janeiro 2002	4.134
Custo normal	1.958
Custo dos juros	8.463
Custo com reformas antecipadas	3.395
Rendimento esperado dos activos do Fundo	(8.249)
Ganhos e perdas actuariais	26.950
Contribuições para o fundo	(32.680)
	3.967
Valores em 31 de Dezembro 2002	3.967

No âmbito dos Avisos n.º 12/2001 e n.º 7/2002 o valor de corredor e despesas antecipadas em 31 de Dezembro de 2002 é analisado como segue:

	Diferenças Actuariais Euros'000	Valor do Corredor Euros'000
Valores em 1 de Janeiro	1.006	13.783
Ganhos e perdas actuariais do exercício	9.806	-
Pagamentos efectuados	765	-
Amortização de ganhos e perdas actuarias	(104)	-
Variação do corredor	(849)	849
Valores em 31 de Dezembro 2002	<u>10.624</u>	<u>14.632</u>

De acordo com os princípios previstos no Aviso n.º 6/1995 do Banco de Portugal as responsabilidades adicionais calculadas em 1995, resultantes das alterações de pressupostos de base utilizados no cálculo do valor actuarial das responsabilidades para os colaboradores com origem no Banco, foram diferidas e têm vindo a ser amortizadas por um período de 20 anos.

Considerando os ganhos e perdas actuariais registados no cálculo das responsabilidades e no valor do fundo, o valor do corredor calculado de acordo com os Avisos n.º 12/2001 e n.º 7/2002 ascende a Euros 14.632.000 (2001: Euros 13.783.000) e encontra-se registado na conta de flutuação de valores.

Os ganhos e perdas actuariais acima do valor do corredor no montante de Euros 9.806.000 (2001: Euros 1.006.000) encontram-se registados na rubrica de despesas antecipadas. O valor registado em despesas antecipadas será reconhecido em resultados do exercício durante um período de 10 anos, tendo como base o saldo no final do ano anterior.

As reformas antecipadas no montante de Euros 19.845.000 (incluindo custos com reformas antecipadas de 2002 no montante de Euros 3.393.000) são amortizadas por um período de 10 anos, de acordo com o Aviso n.º 12/2001.

Em 2002, o Banco contabilizou, como custo com pensões de reforma e de sobrevivência o montante de Euros 5.162.000 (2001: Euros 5.604.000) e cuja análise é apresentada como segue:

	2002	2001
	Euros'000	Euros'000
Custo dos serviços correntes	1.956	1.898
Custo dos juros	8.463	1.716
Rendimento esperado dos activos	(8.249)	(921)
Amortização de responsabilidades com serviços passados – 1994	309	329
Amortização de reformas antecipadas	2.579	2.582
Excesso do corredor	104	-
Custo do período	5.162	5.604

Os pressupostos de base utilizados no calculo do valor actuarial das responsabilidades estão de acordo com os parâmetros do Banco de Portugal exigidos pelo Aviso n.º 12/2001 e n.º 7/2002. A análise comparativa destes pressupostos e apresentada como segue:

	2002	2001
Taxa de rentabilidade de longo prazo	6%	6%
Taxa de crescimento de salários	3%	3%
Taxa de crescimento das pensões	2%	2%
Método Actuarial	Crédito da Unidade Projectada	Crédito da Unidade Projectada
Tábua de Mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Tábua de Invalidez	EVKM 80 to 50%	EVKM 80 to 50%

50. As informações detalhadas, de natureza qualitativa e quantitativa, sobre participações financeiras são apresentadas como segue:

	2002	2001
	Euros'000	Euros'000
<i>Participações financeiras em associadas e outras:</i>		
SIBS	3.318	3.318
Soset	289	289
Unicre	244	244
Euronext	-	118
Finangeste	600	600
	4.451	4.569
<i>Participações financeiras em subsidiárias:</i>		
BBVA Gest	998	998
BBVA Fundos	998	998
BBVA Leasing	6.263	3.757
BBVA Leasimo	11.576	11.576
Automercantil	9.153	9.153
Sociedade Gestora de Fundos, S.A	49	495
BBVA Midas, S.G.P.S., S.A.	-	14.549
BBVA Privanza (Portugal) S.G.P., S.A.	1.227	1.227
BBVA SFAC, S.A.	13.879	9.871
Kantara	1.870	-
	46.013	52.624
<i>Outras participações:</i>		
Associação da BVLP	-	33
	-	33
Provisão para participações financeiras	(641)	(699)
	49.823	56.527

As provisões para participações financeiras excluídas do perímetro de consolidação são analisadas como segue:

Participação	Valor Contabilístico Euros'000	Provisões Euros'000	Valor Balanço Euros'000	Valor Mercado (1) Euros'000	Mais/ (Menos) Valia Euros'000	Provisões de acordo Aviso 4/02 Euros'000
SIBS – Soc. Int. Serviços, S.A.	3.318	-	3.318	3.477	159	-
Soset, S.A.	289	(137)	152	207	55	(4)
Unicre - Cartão Internacional de Crédito, S.A.	244	(5)	239	161	(78)	(5)
Finangeste - Empresa Financeira de Gestão e Desenvolvimento, S.A.	600	(499)	101	47	(54)	(18)
	4.451	(641)	3.810	3.892	82	(27)
	4.451	(641)	3.810	3.892	82	(27)

(1) – O valor de mercado considerado para efeitos do apuramento das mais ou menos valias latentes decorre dos critérios definidos no n.º 4 do n.º 10 do Aviso n.º 3/95 ou no ponto 1.1 do Anexo ao Aviso n.º 4/2002, de 11 de Junho.

Em conformidade com o disposto no Aviso n.º 4/2002 do Banco de Portugal de 11 de Junho de 2002, o Banco constituiu provisões para os riscos inerentes às participações financeiras em carteira no montante de Euros 5.000.

51. Não existem outras informações de natureza significativa, para além das apresentadas nestas Demonstrações Financeiras e notas explicativas, que impliquem uma apreciação diferente da situação financeira da Sociedade.

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.
 Av. Liberdade, 222 - 1200 - 148 Lisboa
 Conservatória Registo Comercial Lisboa - Matricula nº 2308
 Capital Social: 125.000.000

Empresas participadas pelo BBVA com percentagem igual ou superior a 20%:

QUADRO nº 1 (nº 6 do anexo às contas anuais)

(Valores expressos em milhares de Euros)

Denominação	Sede	Participação em 31/12/02	Elementos do Balanço das Participadas			Valor da Participação em 31/12/2002		
			Ano	Situação Líquida	Resultado Líquido	Balanço BBVA	Capitais Próprios Atribuíveis	Diferença
BBVA Leasimo - Sociedade de Locação Financeira, S.A.	Lisboa	100,00%	2002	16.115	394	11.576	16.115	(4.539)
BBVA Fundos - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Lisboa	100,00%	2002	4.460	702	998	4.460	(3.462)
BBVA Gest - Sociedade Gestora de Fundos Investimento Mobiliário, S.A.	Lisboa	100,00%	2002	6.493	1.178	998	6.493	(5.495)
Kantara Limited	Guernsey	100,00%	2002	2.147	(57)	1.870	2.147	(277)
BBVA Privanza (Portugal) - Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.	Lisboa	50,20%	2002	1.000	148	1.227	502	725
BBVA Leasing - Sociedade de Locação Financeira, S.A.	Lisboa	50,10%	2002	11.943	(854)	6.262	5.983	279
BBVA SFAC - Sociedade Financeira de Aquisições a Crédito, S.A.	Lisboa	50,10%	2002	8.984	(6.923)	13.879	4.501	9.378
Automercantil - Comércio e Aluguer de Veículos de Automóveis, Lda.	Lisboa	50,00%	2002	3.408	(4.401)	9.152	1.704	7.448

IMOBILIZACOES INCORPOREAS E CORPOREAS

QUADRO Nº 3 (nº 11 do anexo às contas anuais)

(Valores expressos em milhares de euros)

C O N T A S	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Transferências	Amortizações do exercício	Regularizações	Abates (líquido)	Valor líquido em 31.12.02
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Reavaliações (líquido)					
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS									
Trespases	1.087	949	-	-	-	67	-	-	71
Despesas de estabelecimento	9.426	9.330	-	-	-	35	-	-	61
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	37.904	32.670	88	-	5.541	3.581	-	-	7.282
Outras despesas	4.539	4.539	-	-	-	-	-	-	-
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS									
Imóveis de serviço próprio	87.849	21.959	323	-	2.587	1.528	-	1.243	66.029
Equipamento	51.115	44.002	3.924	-	(418)	3.115	-	207	7.297
Património artístico	71	-	-	-	-	-	-	-	71
Outras imobilizações corpóreas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO									
Imobilizações incorpóreas	1.989	-	4.052	-	(5.451)	-	(12)	-	578
Imóveis	1.019	-	2.030	-	(2.587)	-	-	-	462
Equipamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras imobilizações corpóreas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
T O T A I S	194.999	113.449	10.417	-	(328)	8.326	(12)	1.450	81.851

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

(Valores expressos em euros)

Natureza e espécie dos Títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de Aquisição	Valor de Cotação	Valor de Balanço
A. TÍTULOS - NEGOCIAÇÃO					8.901.725
Titulos de rendimento fixo-emitidos por residentes					
De dívida publica portuguesa					
- A curto prazo					
- A médio e longo prazos					
De outros emissores publicos nacionais					
- A curto prazo					
- A médio e longo prazos					
De outros residentes					
- A curto prazo					
- A médio e longo prazos					
Titulos de rendimento fixo-emitidos por não residentes					
De emissores publicos estrangeiros					
- A curto prazo					
- A médio e longo prazos					
De organismos financeiros internacionais					
De outros não residentes					
- A curto prazo					
- A médio e longo prazos					
Valores de rendimento variável					
Emitidos por residentes					7.141.551
- Acções					7.141.551
BCP	68.831	1,00	4,00	4,58	314.960
BES	43.462	5,00	11,53	12,77	555.187
BPI - SGPS SA	264.296	1,00	2,18	2,20	582.741
IMPRESA SGPS	15.023	1,00	2,57	1,92	28.873
NOVABASE SGPS SA	7.861	0,50	7,97	5,87	46.117
PARAREDE SGPS SA	34.801	0,40	0,27	0,20	7.057
PORTUGAL TELECOM SGPS SA-REC	4.816	1,00	6,97	53,73	258.767
SAG GEST - SOLUÇÕES AUTOMÓVEIS	123.036	1,00	1,89	1,48	182.316
SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO	16.460	1,00	4,55	3,34	54.938
SONAE COM SGPS SA	81.282	1,00	3,06	1,80	146.211
SONAE SGPS	566.412	1,00	0,84	0,40	225.102
COFINA	17.388	0,50	2,40	2,36	40.979
EDP	1.271.392	1,00	2,29	1,62	2.061.356
BRISA - REG	183.201	1,00	5,04	5,34	978.583
CIMPOR	25.655	5,00	19,40	23,72	608.590
JERO MARTINS	20.001	5,00	8,78	7,00	140.084
PORTUCEL	70.904	1,00	1,28	1,17	83.188
PT MULTIMEDIA	31.818	0,50	8,26	10,11	321.615
VODAFONE TELECEL COMUNICAÇÕES	59.814	0,50	7,67	7,46	446.410
BRISA PRIV SHR	272	1,00	5,26	5,50	1.495
TEIXEIRA DUARTE	87.634	0,50	1,15	0,65	56.981
- Titulos de participação					
- Unidades de participação					
- Outros valores					
Emitidos por não residentes					1.760.174
- Acções					1.760.174
BBVA ACÇÕES	17.500	0,49	13,28	9,36	163.800
BANCO SANTANDER CENTRAL HISPANO	1.700	0,50	6,59	14,06	23.894
GAS NATURAL SDG SA	20.000	1,00	19,50	18,07	361.400
DEUTSCHE TELEKOM AG-REG	20.000	1,00	12,01	13,05	260.947
NOKIA	31.000	0,06	15,05	18,24	565.333
FRANCE TELECOM SA	9.000	4,00	16,90	17,16	154.400
TELEFONICA S.A.	17.875	1,00	8,17	8,62	154.050
ERICSSON LM-B SHS	50.000	1,00	0,70	1,05	52.500
TERRA NETWORKS SA	5.000	2,00	4,19	4,77	23.850
- Titulos de participação					
- Unidades de participação					
- Outros valores					
Titulos subordinados					
- A curto prazo					
- A médio e longo prazos					
Titulos próprios					
De rendimento fixo					
- A curto prazo					
- A médio e longo prazos					
De rendimento variavel					
- Acções					
- Titulos de participação					
-Outros titulos					

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

(Valores expressos em euros)

Natureza e espécie dos Títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de Aquisição	Valor de Cotação	Valor de Balanço
B. TITULOS - INVESTIMENTO					59.252.659
Titulos de rendimento fixo-emissores publicos					6.555.982
De divida publica portuguesa					3.563.195
- A curto prazo					
- A médio e longo prazos					3.563.195
G.R.M.	500.000	5,00	5,00	0,00%	2.500.000
OT JUN/2008	10.146.794	0,01	0,01	105,30%	102.473
OTRV 2004	5.000.000	0,01	0,01	99,92%	49.951
OT ABR/2003	36.473.600	0,01	0,01	100,57%	364.665
OT FEV/2007	18.110.700	0,01	0,01	112,00%	190.991
OT AGO/2004	10.807.000	0,01	0,01	101,50%	105.117
OT JUL/2009	25.000.000	0,01	0,01	100,60%	249.998
De outros emissores publicos nacionais					
- A curto prazo					
- A medio e longo prazos					
De outros emissores publicos estrangeiros					2.992.787
- A curto prazo					2.992.787
JUNTA DA GALIZA	5.000	498,80	498,80	0,00%	2.493.989
INSTITUTO OFICIAL CRÉDITO	100.000	4,99	4,99	0,00%	498.798
- A medio e longo prazos					
Titulos de rendimento fixo-de outros emissores					52.608.853
Emitidos por residentes					33.072.811
- A curto prazo					13.467.500
PAPEL COMERCIAL MODELO CONTINENTE	250.000.000	0,01			2.500.000
PAPEL COMERCIAL COLEP (44ª Emissão)	160	5.000,00			800.000
PAPEL COMERCIAL MANOEL POÇAS (2ª Emissão)	11.250	50,00			562.500
PAPEL COMERCIAL SOCIEDADE VINICOLA (2ª Emissão)	7.500	50,00			375.000
PAPEL COMERCIAL CREDIFIN (20ª Emissão)	1.500	5.000,00			7.500.000
PAPEL COMERCIAL COLEP (43ª Emissão)		1.665.000,00			1.665.000
PAPEL COMERCIAL COLEP (42ª Emissão)	13	5.000,00			65.000
- A medio e longo prazos					19.605.311
OBR.LEASIMPOR/93	15.010	49,88	49,88	99,33%	748.695
OBR.PETROGAL	249.398.949	0,01	0,01	99,75%	2.493.989
OBR. SALVADOR CAETANO	173.655	10,00	10,00	99,90%	1.736.545
OBR. EFACEC	70.716	10,00	10,00	100,00%	707.160
OBR. PORTUCEL	600.000	10,00	10,00	100,00%	5.989.340
OBR. RECHEIO 040903	49.879.790	0,01	0,01	0,00%	497.300
OBR. RECHEIO 140805	99.759.579	0,01	0,01	0,00%	987.331
OBR. JERÓNIMO MARTINS	74.819.684	0,01	0,01	100,00%	746.799
OBR. JERÓNIMO MARTINS	11.824.200	0,01	0,01	121,55%	140.582
OBR. CAIXA BANCO SANTADER	93.674.245	0,01	0,01	98,49%	933.714
OBR. CAIXA BANCO TOTTA & AÇORES	700	49,88	49,88	97,89%	34.915
OBR. CAIXA LEASIMO 1ª EMISSÃO	458.894.065	0,01	0,01	100,10%	4.588.941
Emitidos por não residentes					19.536.042
- Por organismos financeiros internacionais					1.882.392
EUROFIMA 96/06	2.500	498,80	498,80	0,00%	1.247.392
KOMMUNALBANKEN	1.270	500,00	500,00	97,00%	635.000

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

(Valores expressos em euros)

Natureza e espécie dos Títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de Aquisição	Valor de Cotação	Valor de Balanço
- Por outros não residentes					17.653.650
- A curto prazo					1.496.394
LEHMAN BROTHERS	3.000	498,80	498,80	0,00%	2.743.388
GOLDMAN SACHS 2003	550.000	4,99	4,99	0,00%	1.995.192
GOLDMAN SACHS 2007	4.000	498,80	498,80	98,00%	4.738.273
CAIXA VIGO	950.000	4,99	4,99	100,05%	1.496.394
BEAR STEARNS	3.000	498,80	498,80	0,00%	1.693.542
BBV INTERNATIONAL FINANCE	340	4.987,98	4.987,98	98,67%	1.995.192
MERRILL LYNCH 2003	400.000	4,99	4,99	100,01%	498.384
MERRILL LYNCH 2008	1.000	498,80	498,80	101,40%	996.893
PORTUGAL TELECOM INT.FIN.	1.000	1.000,00	1.000,00	99,68%	
- A medio e longo prazos					
Valores de rendimento variavel					87.824
Emitidos por residentes					87.824
- Acções					87.824
OLAIAS CLUB	1	1.247,00	1.247,00	-	1.247
MACEDO COELHO	69	4,99	4,99	0,19	344
CURIA	3	4,99	4,99	5,00	15
FONCAR	1	4,99	4,99	-	5
MATUR	225	12,21	12,21	-	2.746
REAL SEGUROS	3.333	4,99	4,99	-	16.625
CPC	19.400	0,07	0,07	-	1.355
FABRICAS TRIUNFO	5	4,99	4,99	-	25
EUROMINAS	8.728	7,48	7,48	-	65.243
GAP	2	4,99	4,99	-	10
PORTO CAVALEIROS	42	4,99	4,99	-	209
- Quotas					
- Títulos de participação					
- Outros valores					
Emitidos por não residentes					
- Acções					
- Quotas					
- Títulos de participação					
- Outros valores					
Títulos próprios					
De rendimento fixo					
- A curto prazo					
- A medio e longo prazos					
De rendimento variavel					
- Acções					
- Títulos de participação					
- Outros títulos					

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

(Valores expressos em euros)

Natureza e espécie dos Títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de Aquisição	Valor de Cotação	Valor de Balanço
C. TÍTULOS A VENCIMENTO					
De emissores públicos					
De dívida pública portuguesa					
- A curto prazo					
- A médio e longo prazos					
De outros emissores públicos nacionais					
- A curto prazo					
- A médio e longo prazos					
De outros emissores públicos estrangeiros					
- A curto prazo					
- A médio e longo prazos					
De outros emissores					
Emitidos por residentes					
- A curto prazo					
- A médio e longo prazos					
Emitidos por não residentes					
- Por organismos financeiros internacionais					
- Por outros não residentes					
- A curto prazo					
- A médio e longo prazos					
D. IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS					50.463.870
Participações					4.451.657
- Em instituições de crédito no País					
- Em instituições de crédito no Estrangeiro					
- Em outras empresas no País					4.451.657
SIBS	256.229	4,99	12,95		3.318.315
SOSET	58.000	4,99	4,99		289.303
UNICRE	41.250	4,99	5,93		244.484
FINANGEST	5.050	4,99	118,72		599.555
- Em outras empresas no estrangeiro					
Partes de capital em empresas coligadas					46.012.213
- Em instituições de crédito no País					
- Em instituições de crédito no Estrangeiro					
- Em outras empresas no País					44.141.721
BBVA LEASING-SOC.LOC.FINANC., S.A.	3.757.500	1,00	1,67		6.262.500
BBVA FUNDOS-SOC.GEST.DE F.INV.MOBILIÁRIO, S.A.	1.000.000	4,99	1,00		997.596
BBVA GEST-SOC.GEST. DE FUND. DE PENSOES, S.A.	1.000.000	4,99	1,00		997.596
AUTOMERCANTIL	125.000	4,99	73,22		9.152.941
BBVA SFAC, SA	13.878.960	5,00	1,00		13.878.960
BBVA PRIVANZA-SGP, S.A.	50.200	4,99	24,44		1.226.943
BBVA LEASIMO - SOCIEDADE LOCAÇÃO FINANCEIRA, S.A.	1.500.000	5,00	7,72		11.576.081
SOCIEDADE GESTORA FUNDOS	84.715	4,99	0,58		49.104
- Em outras empresas no Estrangeiro					1.870.492
KANTARA					1.870.492
TOTAL					118.618.253

Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A.

**Demonstração de Resultados por Funções
para os anos findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001**

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Ano	Ano Anterior
Margem financeira	48.275	52.553
Provisões para riscos de crédito	6.666	6.409
<i>Margem financeira líquida</i>	<i>41.609</i>	<i>46.144</i>
Comissões líquidas	20.905	18.170
Outros resultados de exploração líquidos	12.193	11.178
<i>Margem de serviços</i>	<i>74.707</i>	<i>75.492</i>
Resultados de operações financeiras	8.023	1.746
Provisões para investimentos	(129)	198
<i>Resultado operacional antes dos custos de transformação</i>	<i>82.859</i>	<i>77.040</i>
Custos com pessoal	35.212	32.230
Outros custos administrativos	22.823	23.210
Amortizações	8.326	8.165
<i>Custos de transformação</i>	<i>66.361</i>	<i>63.605</i>
<i>Resultado operacional</i>	<i>16.498</i>	<i>13.435</i>
Outras provisões	960	(157)
Outros resultados extraordinários	(1.459)	(1.602)
<i>Resultados antes de impostos</i>	<i>14.079</i>	<i>11.990</i>
Impostos	109	169
<i>Resultado líquido</i>	<i>13.970</i>	<i>11.821</i>
<i>Resultado por acção</i>	<i>0,112</i>	<i>0,095</i>

Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A.

ANEXO I - SALDOS INTERCOMPANHIAS

(Valores expressos em milhares de Euros)

	BBVA Leasing		BBVA Leasimo		BBVA Gest		BBVA Fundos		BBVA SFAC		Kantara		BBVA Privanza SGP		TOTAL	
	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001
<i>Activo</i>																
Recursos de Instituições de Crédito no país	-	72.737	53.579	49.336	-	-	-	-	625	58.188	-	-	-	-	54.204	180.261
Titulos Investimento	-	-	4.589	7.083	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.589	7.083
Proveitos a Receber	-	-	35	56	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35	56
<i>Passivo</i>																
Depósitos à ordem	5.062	-	1.530	1.126	6.671	5.541	4.612	3.750	8.270	-	175	150	55	335	26.375	10.902
Credores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42	-	42	-
Custos a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Custos</i>																
Juros e Custos Equiparados	11	5	81	21	219	210	142	-	8	-	7	-	9	14	477	250
Comissões	-	-	-	-	-	-	-	327	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Custos	-	-	-	-	-	-	-	147	-	-	85	-	-	-	85	147
<i>Proveitos</i>																
Juros e Proveitos Equiparados	1.536	3.719	1.991	2.469	-	-	-	-	1.376	2.320	-	-	-	-	4.903	8.508
Comissões	-	2	4	50	105	-	-	-	83	43	-	-	-	17	192	112
Outros Proveitos	-	244	299	125	-	-	-	138	-	506	-	-	-	-	299	1.013

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

**RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL**

Exmos. Senhores Accionistas,

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vimos apresentar o nosso relatório sobre a acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas anuais do **BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.**, da responsabilidade do Conselho de Administração e referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

RELATÓRIO

Acompanhámos a gestão do Banco, através dos elementos e informações que nos foram facultados pelo Conselho de Administração, nomeadamente no âmbito das reuniões periódicas efectuadas com aquele órgão de gestão.

Efectuámos as verificações e análises consideradas necessárias nas circunstâncias, nomeadamente quanto aos critérios valorimétricos adoptados para os elementos patrimoniais, às políticas relativas a provisões as quais se encontram discriminadas no Anexo ao balanço, e que respeitam as exigências emanadas pelo Banco de Portugal e ainda quanto à Fusão, por incorporação das sociedades BBVA Midas, SGPS, SA., INVESTALTO, SGPS, Lda., RG Participações, SGPS, Lda., e BBVA Midas – Sociedade Financeira de Corretagem, SA., sobre a qual emitimos parecer favorável.

Apreciámos o Relatório de Fiscalização e a Certificação Legal das Contas, nos termos do artigo 453º. do Código das Sociedades Comerciais, emitidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que deverão ser integrados no contexto deste relatório e com os quais concordamos.

Após o encerramento das contas, procedemos à apreciação do Relatório de Gestão, da responsabilidade do Conselho de Administração, do Relatório dos Auditores Externos e à verificação da exactidão do Balanço em 31 de Dezembro de 2002, da Demonstração dos Resultados do exercício findo naquela data e do respectivo Anexo.

u
PT 18

PARECER

Assim, e como resultado das verificações e apreciações efectuadas, em nossa opinião o Balanço, a Demonstração dos Resultados e seu Anexo e o Relatório de Gestão, satisfazendo as disposições legais, traduzem adequadamente a situação financeira do Banco e o resultado das suas operações no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, pelo que somos de parecer que aproveis:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) A proposta de aplicação dos resultados incluída no referido Relatório de Gestão.

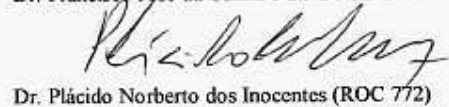
Lisboa, 28 de Fevereiro de 2003

O CONSELHO FISCAL


Dr. Luis Fernando Sampaio Pinto Bandeira - Presidente



Dr. Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima - Vogal


Dr. Plácido Norberto dos Innocentes (ROC 772)

em representação de *Martinez, Carvalheda, Plácido e Associado, SROC*

MARTINEZ, CARVALHEDA, PLÁCIDO E ASSOCIADO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Peta Conde de Amoso, 1-A, 5º B
2700 - 123 AMADORA

Telefone: 21 4707780
Telefax: 21 4707789

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2002, que evidencia um total de 3.060.829 milhares de euros e um total de capital próprio de 179.515 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 13.970 milhares de euros, a Demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

MARTINEZ, CARVALHEDA, PLÁCIDO E ASSOCIADO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

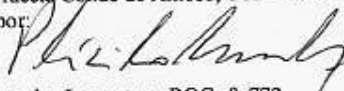
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

6. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.**, em 31 de Dezembro de 2002, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o Sector Bancário.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2003

MARTINEZ, CARVALHEDA, PLÁCIDO E ASSOCIADO, SROC
Com sede na Praceta Conde de Amoso, 1 A - 5º. B - Buraca, 2720 123 Amadora
Representada por:


Plácido Norberto dos Innocentes - ROC nº. 772

BBVA

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL)

RELATÓRIO E CONTAS 2002 - CONSOLIDADO

ÍNDICE

1. Indicadores Relevantes

2. Análise Económica e Financeira do Grupo

3. Actividade das Empresas Subsidiárias e Consolidação

4. Reconhecimento Público

5. Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

5.1 Demonstrações Financeiras

- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Notas Anexas às Demonstrações Financeiras
- Inventários

5.2 Certificação Legal de Contas

5.3 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

5.4 Extracto da Acta do Assembleia Geral

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dando cumprimento ao disposto no Decreto Lei n.º 36/92 de 28 de Março, e de acordo com as instruções Técnicas de consolidação de contas do Banco de Portugal, procedemos à consolidação de contas do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A., na qualidade de empresa-mãe.

Assim, o Conselho de Administração do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. no cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias de informação, vem apresentar à Assembleia Geral, relativamente ao exercício de 2002, o seu relatório e contas consolidadas, acompanhadas do Parecer do Conselho Fiscal, da Certificação Legal e do Relatório dos Auditores Externos.

1. Indicadores Relevantes

euros uni:1000

	2002	2001	ABS	%
Activo Líquido Total	3 218 604	2 959 271	259 334	9%
Crédito a clientes	2 495 239	2 112 787	382 452	18%
Débitos para com clientes	1 576 679	1 560 243	16 436	1%
Capitais Próprios	175 445	177 494	-2 050	-1%
Imobilizado Líquido	85 890	87 311	-1 421	-2%
(+) Juros e Proveitos Equiparados	141 197	168 999	-27 801	-16%
(-) Juros e Custos Equiparados	78 939	104 207	-25 268	-24%
(=) Margem Financeira	62 258	64 791	-2 533	-4%
(+)Outros Proveitos Correntes	90 934	69 657	21 277	31%
(-)Outros Custos Correntes	43 546	25 895	17 651	68%
(=) Produto Bancário	109 646	108 553	1 093	1%
(-)Custos Administrativos	67 313	68 513	-1 200	-2%
(=) Resultado Bruto de Exploração	42 333	40 040	2 293	6%
(+)Resultados Extraordinários	-1 918	-3 975	2 057	-52%
(+)Resultados Subs. Exc. Consolid.	-1 495	-27	-1 468	5344%
(=) Resultados Bruto Global	38 920	36 038	2 883	8%
(-)Amortizações do exercício	9 270	9 511	-241	-3%
(-)Provisões do Exercício	22 192	13 030	9 162	70%
(=) Resultado Bruto antes de Impostos	7 458	13 496	-6 038	-45%
(-)Provisões p/ impostos s/ lucros	1 097	2 027	-930	-46%
(=) Resultado Líquido	6 361	11 470	-5 108	-45%
(-)Interesses Minoritários	-3 806	-68	-3 738	5463%
(=) Resultado Atribuível ao Banco	10 168	11 538	-1 370	-12%
Cash-Flow Líquido de Exploração	37 823	34 011	3 812	11%
Rácio de Solvabilidade	8.60%	8.62%	-0.02%	0%
Rendibilidade Líquida Activos Médios(ROA)	0.33%	0.39%	-0.06%	-15%
Rendibilidade Líquida Capit. Próprios Médios (ROE)	5.76%	6.50%	-0.74%	-11%
Número de Agências	105	105	0	0%
Número de Empregados	990	966	24	2%

A análise económica e financeira ao nível de Grupo (Consolidado) assume um carácter muito mais expressivo na medida em que as diferentes subsidiárias desenvolvem uma actividade centrada exclusivamente nos produtos correspondentes á sua especialidade, e que se integram na gama de produtos e serviços que o banco proporciona aos seus clientes.

Sendo entidades distintas do banco tanto por imperativo legal como por razões de especialização, estas sociedades actuam em estreita colaboração com as diferentes áreas do banco e dependem da sua rede de distribuição, pelo que só a análise do conjunto permite revelar os resultados alcançados por essa conjugação de actividades.

2. Análise Económica e Financeira do Grupo

Introdução- Condicionantes da actividade

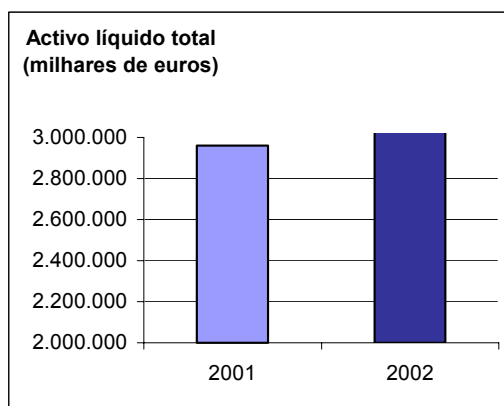
O ano de 2002 foi particularmente difícil para o sistema financeiro, assolado por uma retoma económica sistematicamente adiada, por quebras significativas de confiança dos agentes económicos e pelo desenhar de conflitos geopolíticos de consequências ainda dificilmente mensuráveis. Em Portugal, a necessária correcção do modelo de crescimento conjugado com a inadiável implementação de uma política orçamental restritiva potenciada por uma débil envolvente macro-económica, provocou uma quebra acentuada da procura interna.

Com o investimento em contracção e o consumo com taxas de crescimento pouco significativas e, inclusivamente, em queda após o segundo trimestre, a Banca defrontou-se com o abrandamento do Crédito Interno que, segundo dados do Banco de Portugal e em termos homólogos, passou de 13,7% em Dezembro de 2001 para 6,2% em Dezembro de 2002. O estreitamento das margens, num contexto de queda de taxas de juro, dificultou igualmente a obtenção de recursos e a existência de um mercado de capitais deprimido, condicionando a obtenção de receitas nas actividades de “trading” e de corretagem, dificultou ainda mais a actividade bancária.

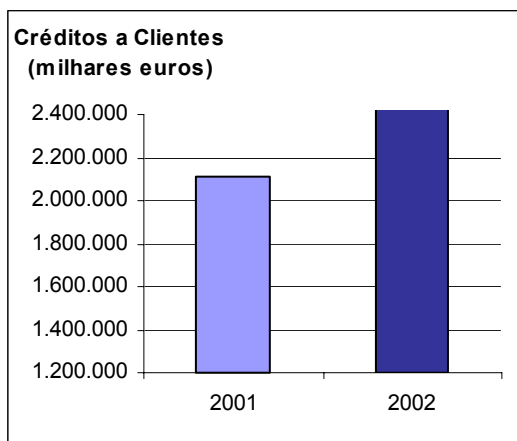
É neste contexto que a estratégia do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), centrada na prossecução de uma política de crescimento selectivo da base de negócio e alicerçada numa melhoria continuada da eficiência, se revela como a mais adequada para enfrentar os novos desafios.

Análise do Balanço

O Activo Total Líquido em 2002 ascendeu a 3.218.604.249 euros o que corresponde a um acréscimo de 8,8% face ao ano anterior.



Este crescimento assenta na assinalável progressão do Crédito a Clientes que cresceu 18,1%, significativamente acima do mercado. Para este desempenho foi determinante o segmento de Crédito à Habitação, um dos produtos mais dinâmicos e concorrenciais do banco, que cresceu 35,5%.

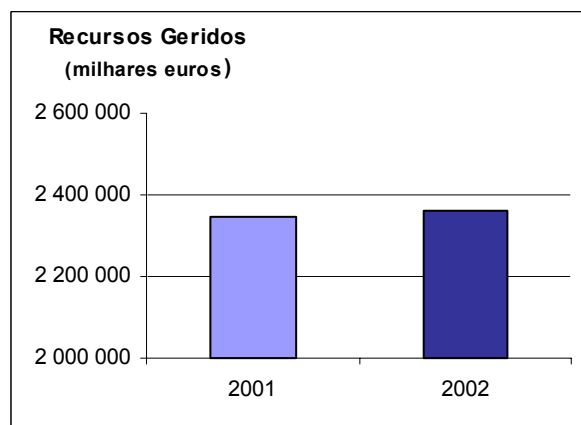


A desaceleração do Crédito às Empresas reflectiu a quebra significativa do investimento, o pessimismo dos empresários e o sobre endividamento dos últimos anos. A atitude prudente de avaliação de novos financiamentos, por parte da Banca, contribuíram igualmente para esta desaceleração. Segundo o Banco de Portugal, esta componente do crédito cresceu, em Dezembro de 2002 e em termos homólogos, 7,9%, quando em Dezembro de 2001 tinha crescido 13,3%. Atendendo a estas condicionantes o Crédito às Empresas, concedido pelo Banco, apresentou uma quebra marginal, se compararmos os saldos médios de Dezembro de 2002 face aos valores do período homólogo do ano anterior.

Em termos de estrutura do Activo, o peso do Crédito a Clientes cresceu de 71% em 2001 para 77% em 2002.

O total de Recursos geridos cifrou-se em 2.362.051 milhares euros, o que

traduz um crescimento de 0,7% em 2002.



De salientar o crescimento positivo, embora marginal, dos Depósitos de Clientes que cresceram 1,1%. Este crescimento foi apoiado na evolução dos Depósitos à Ordem que aumentaram 16,6%, em termos de saldos médios, face aos valores registados no final do ano anterior. Este comportamento traduz o sucesso de novos produtos direccionados para a rede de retalho, de que é exemplo a “Conta Surpresa”, e evidencia o potencial acrescido de evolução positiva desta conta do Balanço.

Evolução da Actividade

	2002	2001	%
Activo L.T.	3.219	2.959	8,8
Crédito Clientes	2.495	2.113	18,1
Débitos Clientes	1.577	1.560	1,1
Capitais Próprios	175	177	-1,2

uni: milhões de euros

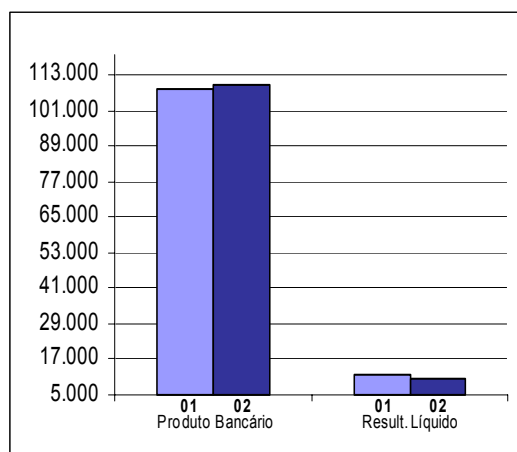
Análise da Conta de Resultados

O BBVA Portugal obteve, em 2002, um Resultado Líquido consolidado de 10.168 milhares de euros, o que representa um decréscimo de 11,9% face ao montante registado no ano transacto. Este Resultado é, não só, consequência de um adverso enquadramento macroeconómico

como, principalmente, de uma política realista de antecipação e prudência face à actual conjuntura. Esta política materializou-se através da constituição de saneamentos extraordinários que implicaram, no corrente ano, um acréscimo de 70% no valor das Provisões.

O Produto Bancário cresceu 1,1% face aos valores do ano anterior, mais que compensando, via acréscimo dos Outros Proveitos Líquidos, a quebra de 3,9% da Margem Financeira que continua pressionada pelas baixas taxas de juro, pela acrescida concorrência na captação de recursos e pela criteriosa política de concessão de crédito.

Mercê de um bem sucedido esforço de racionalização e optimização de recursos, o Rácio de Eficiência (Custos Administrativos / Produto Bancário) apresentou, em consonância, uma melhoria de 1,7 pontos percentuais, situando-se em 61,4%.



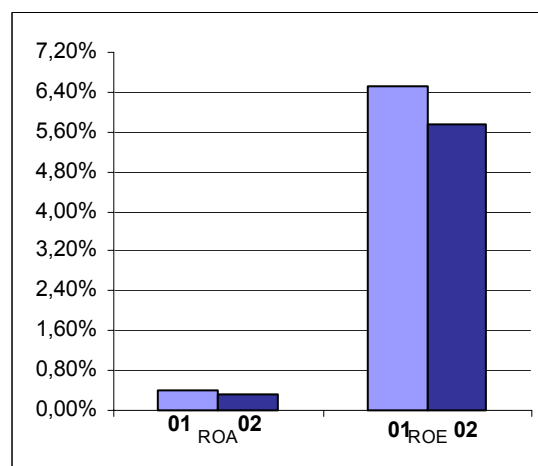
O crescimento do Produto Bancário aliado à contenção dos Gastos Gerais Administrativos e à evolução positiva dos Resultados Extraordinários, foram os factores decisivos na obtenção de um crescimento significativo do "Cash-Flow" em 8,2%.

Indicadores de Rendibilidade

	2002	2001	%
Resultado Atribuível	10.168	11.538	-11,9
ROE	5,76%	6,50%	-11,4
ROA	0,33%	0,39%	-15,4

uni: milhares de euros

As dificuldades sentidas por todo o sector reflectiram-se na evolução dos indicadores de Rendibilidade que apresentaram valores inferiores aos do ano anterior. A Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) evoluiu de 6,50% em 2001 para 5,76% em 2002 e a Rendibilidade do Activo (ROA) atingiu os 0,33% em 2002 face a 0,39% em 2001.



Este ano foi igualmente empreendido o processo de fusão por incorporação da sociedade BBVA Midas, Sociedade Gestora de Participações Sociais, SGPS, no Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), em 23 de Dezembro.

O Resultado alcançado em 2002 assentou assim numa política de crescimento selectivo da base de negócios, direccionando-o para segmentos de mercado preferenciais e foi sustentado por exigentes critérios de prudência e eficazes instrumentos de controlo e gestão de risco que

permitiram ao BBVA manter o seu excelente Rácio de Mora.

O BBVA Portugal prosseguirá assim a política implementada de oferecer serviços de valor acrescentado aos seus clientes, sem descurar critérios de rentabilidade e solidez financeira e com a preocupação de racionalizar os custos de funcionamento por forma a obter ganhos significativos de eficiência.

3.4 Actividade das Empresas Subsidiárias e Consolidação

▪ Consolidação Integral

BBVA LEASING – Sociedade de Locação Financeira, S.A.

Activo Liquido	96.015.596 euros
Situação Líquida	11.942.960 euros
Capital Social	12.500.000 euros
Resultado Líquido	- 853.529 euros
Participação do BBVA	50,1%

O contexto em que o BBVA Leasing, S.A desenvolveu a sua actividade não foi a mais favorável, tendo a produção do leasing mobiliário acompanhado a tendência geral da economia portuguesa.

O exercício findo de 2002, foi de profunda remodelação e reestruturação de toda a actividade por forma a adaptar a empresa a novas formas de negócio, práticas comerciais e operativas e que teve como contrapartida um acréscimo dos seus custos de estrutura.

Estando previsto, para 2003, um forte crescimento da componente de negócios, a BBVA Leasing, S.A desenhou, no final do ano, planos de fundos próprios e de liquidez estrutural que sustentassem o crescimento do negócio, garantindo assim a solvabilidade e estabilidade financeira adequadas.

Foi nesse contexto que se procedeu ao aumento de capital de 7.500.0000 Euros para 12.5000.000 Euros em finais de Dezembro de 2002.

Em 31 de Dezembro de 2002, os activos líquidos da sociedade totalizavam 96 milhões de euros. Os

capitais próprios ascendiam a 11,9 milhões de euros, para um rácio de solvabilidade de 13,1% e a nova produção, medida pelo capital financiado ascendeu a 47,8 milhões de euros, tendo sido realizados 2.754 novos contratos.

O crédito concedido ascendia a 91,2 milhões de euros e o rácio de mora situou-se em níveis bastante altos (8,9 %), resultado da deterioração da carteira adquirida no ano 2000.

A margem financeira cresceu 11%, resultado do esforço comercial de sustentação das taxas activas junto do cliente final, bem como da gestão atenta do funding. O rácio de eficiência (cost-to-income) situou-se em patamares bastante confortáveis, cerca de 53 %.

Em função do esforço de provisionamento o resultado antes de imposto foi negativo em 854 mil euros.

BBVA PRIVANZA (Portugal), Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.

Activo Liquido	1.436.597 euros
Situação Líquida	999.641 euros
Capital Social	500.000 euros
Resultado Líquido	148.113 euros
Participação do BBVA	50,2%

Face às adversidades da envolvente macroeconómica e dos mercados financeiros o BBVA Privanza procurou dotar-se dos meios e recursos necessários para continuar a satisfazer as necessidades dos seus clientes através de uma gestão personalizada, eficaz e profissional. Para o efeito aprofundaram-se as relações com diversas casas internacionais com vista

à identificação e apresentação de novas oportunidades de negócios, concebendo produtos específicos para prover às necessidades dos seus clientes.

Foram igualmente redefinidas as estratégias de investimento tendo sido criadas as denominadas Estratégias TT (de curto e médio prazo) que procuraram responder eficazmente às solicitações dos clientes por forma a fazer face a um período de estagnação económica prolongado.

Os resultados líquidos, que sofreram uma queda de 47,5% face ao ano anterior, traduziram não só as condições macroeconómicas anteriormente referidas, que condicionaram a captação de clientes com perfis de risco mais elevados e com maior retorno de comissões, mas principalmente o processo de consolidação que resultou num ano de elevados investimentos de estrutura (novas instalações), tecnológico (equipamento de software e hardware) e humano (reforço da equipa comercial de investimentos e back office).

Apesar da conjuntura negativa, o volume sob gestão sofreu uma redução de apenas 2,9% face ao montante de 2001 e os clientes sob gestão, em 2002, apresentaram um acréscimo de 7,1% face a idêntico período do ano anterior.

BBVA GEST – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.

Activo Líquido	6.886.959 euros
Situação Líquida	6.493.043 euros
Capital Social	1.000.000 euros
Resultado Líquido	1.177.753 euros
Participação do BBVA	100%

Fundos Sob Gestão:	
BBVA Disponível	87.282.156 euros
BBVA Cash	243.752.316 euros
BBVA Bolsa Euro	4.472.872 euros
BBVA Taxa Fixa Euro	11.852.543 euros
BBVA PPA	2.749.132 euros
BBVA Mixto 25	14.487.868 euros
BBVA Multifundo Equilibrado	3.692.228 euros

A BBVA Gest-SGFIM encerrou o ano de 2002 com um valor líquido global de fundos sob sua gestão e administração de 368 289 113,31 euros o que corresponde a uma quota de mercado de 1,8%. Em relação à representatividade de cada uma das categorias de fundos sob gestão, é de realçar que o maior peso dos fundos de tesouraria e de renda fixa resultou favorável para a performance das carteiras de fundos dos clientes que desta forma viram repercutidos os benefícios do comportamento da renda fixa e encontraram-se mais protegidos da evolução negativa da renda variável.

A implementação do plano de negócios da BBVA GEST em 2002 passou por reforçar a sua cadeia de valor em três grandes áreas: *Distribuição*, organizada em torno dos segmentos de clientes “target” e incluindo serviço venda e pós-venda, pricing, cross-selling e marketing; *Produção*, implementando-se procedimentos no sentido de orientar o produto ao cliente. Para prossecução deste objectivo, reorientou-se o catálogo de fundos sob gestão e administração da BBVA GEST alterando-se a política de investimento de alguns dos fundos e maximizando resultados de gestão por efeito volume; *Operações*, onde se cumpriram os objectivos de

optimização dos recursos disponíveis e onde se procedeu à automatização de processos com vista quer a atingir níveis de eficácia do sistema de controlo interno quer a obter a máxima qualidade no valor das unidades de participação de cada um dos nossos fundos.

É igualmente de salientar que, para toda a cadeia de valor, a BBVA GEST procedeu à revisão do seu Sistema de Gestão de Qualidade e foi reiterada pelo Conselho de Administração a adaptação deste à nova Normativa de Qualidade – Normas ISO 9001/2000.

BBVA SFAC – Sociedade Financeira de Aquisições a Crédito S.A.

Activo Líquido	83.306.561 euros
Situação Líquida	8.984.015 euros
Capital Social	15.500.000 euros
Resultado Líquido	-6.922.515 euros
Participação do BBVA	50,1%

A conjuntura económica em que o BBVA SFAC, S.A desenvolveu a sua actividade aliada à estratégia da empresa de desinvestimento em sectores específicos de negócio, especialmente o Consumo a particulares, que não correspondem ao core business da empresa, conduziu a uma quebra na produção do Crédito.

Por forma a sustentar o crescimento do negócio previsto para 2003, sem descurar a solvabilidade e estabilidade financeira, procedeu-se ao aumento de capital de 7.500.0000 Euros para 15.500.000 Euros em finais de Dezembro de 2002.

Em 31 de Dezembro de 2002, os activos líquidos da sociedade totalizavam 83,3 milhões de euros. O crédito concedido ascendia a 79,3 milhões de euros e a nova produção,

medida pelo capital financiado, ascendeu a 41,8 milhões de euros, tendo sido realizados 12.170 novos contratos.

O nível de provisionamento líquido do ano corrente ascendeu a 10,7 milhões de euros, que denota um esforço acrescido para fazer face ao aumento do incumprimento, situação essa que teve reflexos óbvios na conta de resultados. De notar que o total de provisionamento inclui 5 milhões de euro de provisões económicas para fazer face à incumprimento futuro dos contratos da área de consumo. Em função do esforço de provisionamento operacional e económico, o resultado antes de imposto foi negativo em 6.923 mil euros.

BBVA LEASIMO – Sociedade de Locação Financeira, S.A.

Activo Líquido	96.155.342 euros
Situação Líquida	16.115.307 euros
Capital Social	7.500.000 euros
Resultado Líquido	393.766 euros
Participação do BBVA	100%

O acentuado declínio do investimento e a contracção do consumo afectaram negativamente a globalidade do sector financeiro e condicionaram negativamente o negócio de leasing.

A BBVA Leasimo, responsável pelas operações de locação financeira originadas pela rede de balcões do BBVA Portugal, prosseguiu uma política comercial que lhe permitiu concretizar 406 novos contratos (376 de leasing mobiliário e 30 de leasing imobiliário), o que traduz um crescimento de 41% face ao ano anterior.

O activo registou um crescimento de 5,1%, evoluindo de 91,5 milhões de euros para 96,2 milhões de euros.

O crédito reflectiu o acréscimo de negócio, apesar da redução da procura de crédito por parte dos agentes económicos e do consequente acréscimo da concorrência, e apresentou um crescimento de 3,1% passando de 89,6 milhões de euros para 92,4 milhões de euros.

O resultado líquido do exercício ascendeu a 393,8 milhares de euros o que representa uma quebra de 53,4% face aos 844,9 milhares de euros registados em 2001 e traduz quer uma conjuntura macroeconómica especialmente adversa quer uma política de reforço significativo de provisões.

▪ **Consolidação Por Equivalência Patrimonial**

AUTOMERCANTIL – Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis, LDA

Activo Líquido	70.693.637 euros
Situação Líquida	3.408.179 euros
Capital Social	1.246.995 euros
Resultado Líquido	-4.401.241 euros
Participação do BBVA	50%

A Automercantil, em 2002, desenvolveu a sua actividade num enquadramento adverso tendo a produção do leasing mobiliário, em termos globais, sofrido uma quebra assinalável. Apesar das dificuldades sentidas pelo mercado a nova produção, medida pelo capital financiado ascendeu a 32,9 milhões de euros, tendo sido realizados 1.614 novos contratos.

Em 31 de Dezembro de 2002, os activos líquidos da sociedade totalizavam 70,6 milhões de euros. Os capitais próprios ascendiam a 3,4

milhões de euros. No entanto, se à luz da Directriz 25 os contratos de aluguer de automóveis forem entendidos como de «locação financeira», então os capitais próprios da Automercantil, Lda, em 31 de Dezembro de 2002 seriam de 15 milhões de euros.

Em 2002 o crédito concedido ascedia a 73 milhões de euros e o rácio de mora situou-se em níveis bastante confortáveis, 1,9 % . A margem financeira cresceu 23%, resultado do esforço comercial de sustentação das taxas activas junto do cliente final, bem como da gestão atenta do funding.

O nível de provisionamento líquido do ano corrente ascendeu a 0,9 milhões de euros, que denota um esforço acrescido para fazer face ao aumento do incumprimento, situação essa que teve reflexos óbvios na conta de resultados. Mercê do esforço do provisionamento e das amortizações o resultado antes de imposto foi negativo em 4,4 milhões de euros.

BBVA FUNDOS – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Activo Líquido	4.778.246 euros
Situação Líquida	4.460.454 euros
Capital Social	1.000.000 euros
Resultado Líquido	701.684 euros
Participação do BBVA	100%

Fundo Sob Gestão:

Fundo Pensões BBVA	80.081.714 euros
Fundo Pensões CLP	75.027.778 euros
PPR/E BBVA	36.150.113 euros
BBVA Solidez PPR/E	3.932.649 euros
CVI PPR/E	1.251.624 euros
BBVA PME's	835.741 euros
Fundo Pensões Argentaria	321.470 euros

A BBVA Fundos assume-se como a área instrumental do Grupo BBVA Portugal orientada ao negócio de pensões, inserindo-se assim na área de serviços de previsão social. A gestora possui duas linhas de negócio, designadamente a área de empresas e a de particulares, oferecendo produtos vocacionados para cada uma das mesmas.

A BBVA Fundos encerrou o exercício com um volume de activos sob gestão de 198 milhões de Euros, evidenciando assim um crescimento de 82%, o maior do mercado português de entidades gestoras de fundos de pensões, segundo dados divulgados pela entidade de supervisão do sector, Instituto de Seguros de Portugal.

Igualmente segundo dados do ISP, a BBVA Fundos ocupa actualmente a 10ª posição em termos de quota de mercado, no universo de 28 entidades gestoras de fundos de pensões a operar no mercado português, sendo a primeira a surgir logo após as gestoras

associadas aos grupos bancários e financeiros locais dominantes.

Depois de mais um ano de condições de mercado adversas, a rentabilidade ponderada líquida dos Fundos sob gestão situou-se em +0.2%, valores que voltam a situar a Gestora acima da mediana da amostra do serviço de medição de performance de Fundos de Pensões Portugueses SEMP conduzido pela Watson Wyatt.

2002 representou um marco importante para a BBVA Fundos, tendo sido alargado o catálogo de produtos individuais, com o lançamento de um novo Fundo PPR/E, destinado a comercialização junto da rede de balcões do BBVA Portugal e ainda com a transferência do Fundo CLP, o que permitiu completar o processo de integração da população de beneficiários na esfera de responsabilidade do Grupo BBVA.

4. Reconhecimento Público

Às pessoas e entidades que permitiram a consecução das metas e objectivos definidos para este exercício, nomeadamente às autoridades Monetárias e Financeiras, aos nossos clientes, a todos os quadros e colaboradores, assim como aos restantes titulares dos Órgãos Sociais, quer o Conselho de Administração deixar expressos os seus agradecimentos pela colaboração demonstrada.

O Conselho de Administração

Lisboa, 19 de Fevereiro de 2003

BALANÇO CONSOLIDADO
31 de Dezembro de 2002 e 2001

(Valores expressos em milhares de Euros)

A C T I V O	Exercício 2001	Exercício 2002		
	AL	AB	AP	AL
1. Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	49.516	47.521	-	47.521
2. Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	103.442	84.347	-	84.347
3. Outros créditos sobre instituições de crédito crédito	426.091	331.494	21	331.473
4. Créditos sobre clientes	2.112.787	2.536.315	41.076	2.495.239
5. Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:	94.882	54.686	111	54.575
a) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - de emissores públicos	6.884	6.666	6	6.660
b) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - de outros emissores	87.998	48.020	105	47.915
6. Acções e outros títulos de rendimento variável	7.315	8.989	-	8.989
8. Partes do capital em empresas filiais excluídas da consolidação	8.203	6.222	-	6.222
9. Outras participações financeiras	4.210	4.452	499	3.953
10. Imobilizações incorpóreas	8.606	56.401	47.498	8.903
11. Imobilizações corpóreas (Dos quais: Imóveis)	78.704 (68.612)	140.822 (91.902)	63.835 (23.413)	76.987 (68.489)
16. Outros activos	14.360	21.851	1.630	20.221
17. Contas de regularização	51.155	80.174	-	80.174
Total do Activo	2.959.271	3.373.274	154.670	3.218.604

AL-activo líquido; AB-activo bruto; AP-amortizações e provisões

BALANÇO CONSOLIDADO

(Valores expressos em milhares de Euros)

PASSIVO E CAPITALS PRÓPRIOS	Exercício 2001	Exercício 2002
1. Débitos para com instituições de crédito	988.235	1.294.039
a) À vista	125.619	199.102
b) A prazo ou com pré-aviso	862.616	1.094.937
2. Débitos para com clientes:	1.560.243	1.576.679
a) Depósitos de poupança	31.791	34.048
b) Débitos à vista	692.639	739.589
c) Débitos a prazo	835.813	803.042
3. Débitos representados por títulos:	7.881	5.387
a) Obrigações em circulação	7.881	5.387
b) Outros	-	-
4. Outros passivos	43.230	25.186
5. Contas de regularização	56.133	28.187
8. Provisões para riscos e encargos:	30.722	29.844
a) Provisões para pensões e encargos similares	-	-
b) Outras provisões	30.722	29.844
9. Fundo para riscos bancários gerais	3.710	3.875
10. Passivos subordinados	69.000	69.000
11. Capital subscrito	125.000	125.000
12. Prémios de emissão	7.008	7.008
13. Reservas	26.175	15.016
14. Reservas de reavaliação	4.951	4.951
15. Resultados transitados	2.822	13.302
16. Interesses minoritários	22.623	10.962
17. Lucro consolidado do exercício	11.538	10.168
Total do Passivo e da Situação líquida	2.959.271	3.218.604

BALANÇO CONSOLIDADO

(Valores expressos em milhares de Euros)

RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS	Exercício 2002	Exercício 2001
1. Garantias prest. e passivos eventuais	492.264	528.584
Dos quais:		
1.1. Aceites e endossos	1.105	2.560
1.2. Garantias e avales	487.069	521.332
1.3. Outros	4.090	4.692
2. Compromissos	2.160.861	50.859
Dos quais:		
2.1. Resultantes de operações de venda com opção de recompra	-	-
Totais	2.653.125	579.443

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS

(Valores expressos em milhares de Euros)

D É B I T O	Exercício 2001	Exercício 2002
1. Juros e custos equiparados	104.207	78.939
2. Comissões	2.849	2.974
3. Prejuízos em operações financeiras	19.626	39.323
4. Gastos gerais administrativos	68.513	67.313
4.1. Custos com o pessoal	38.966	38.560
4.2. Outros gastos administrativos	29.547	28.753
5. Amortizações do exercício (Das quais: diferenças de consolidação)	9.511 -	9.270 -
6. Outros custos de exploração	2.711	640
7. Provisões para crédito vencido e para outros riscos	26.295	36.437
8. Provisões para imobilizações financeiras	137	5
9. Perdas extraordinárias	6.910	7.033
10. Impostos sobre lucros	2.027	1.097
11. Outros impostos	710	608
12. Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação	722	2.201
13. Interesses minoritários	-	-
14. Lucro consolidado do exercício	11.538	10.168
Totais	255.756	256.008

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS

(Valores expressos em milhares de Euros)

CRÉDITO	Exercício 2001	Exercício 2002
1. Juros e proveitos equiparados	168.999	141.197
2. Rendimentos de títulos	961	162
3. Comissões	31.493	28.087
4. Lucros em operações financeiras	21.363	47.280
5. Reposições e anulações de provisões	13.403	14.250
6. Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação	694	705
7. Outros proveitos de exploração	15.815	15.405
8. Ganhos extraordinários	2.960	5.116
9. Interesses minoritários	68	3.806
Totais	255.756	256.008

2 Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A. e das suas subsidiárias, tal como definido na nota 4, tendo sido preparadas em concordância com o princípio fundamental do custo histórico.

As demonstrações financeiras do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A., são elaboradas de acordo com os Princípios Contabilísticos geralmente aceites em Portugal e em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, estabelecido pelo Banco de Portugal, incluindo a aplicação da 4ª Directiva Comunitária N.º 86/635/CEE relativa à prestação de contas dos bancos e de outras instituições financeiras e da 7ª Directiva 83/349/CEE relativa à consolidação de contas.

b) Bases de consolidação

Datas de referência

As demonstrações financeiras consolidadas reflectem os activos, passivos e resultados das empresas subsidiárias, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001.

Participações financeiras em subsidiárias

As participações financeiras em empresas subsidiárias, que representam 50% ou a maioria do capital ou direitos de voto e em que o Grupo exerce o controlo, são consolidadas pelo método de consolidação integral.

As participações financeiras nas empresas subsidiárias excluídas da consolidação integral no âmbito do Decreto-Lei n.º 36/92, tendo em atenção a diferente natureza da sua actividade face à actividade do Grupo e a sua imaterialidade, são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

Os saldos e as transacções significativas existentes entre empresas do Grupo são eliminados em consolidação.

Participações financeiras em empresas associadas

As participações financeiras em empresas associadas, cujo valor de participação representa entre 20% e 50% do capital social e nas quais o Grupo exerce influência significativa, bem como nas empresas subsidiárias excluídas da consolidação integral no âmbito do Decreto-Lei n.º 36/92, tendo em atenção a diferente natureza da sua actividade, são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, pelo que o valor contabilístico da participação corresponde ao valor proporcional da participação em capital, reservas e resultados da empresa associada.

Outros investimentos

Até 31 de Dezembro de 2001, os investimentos em companhias com participação inferior a 20% do capital social e em que o Grupo não exerce influência significativa, mas que considera como investimentos estratégicos, eram contabilizados ao custo de aquisição, sendo o proveito desses investimentos reconhecido quando recebido.

A partir de 30 de Junho de 2002, entrou em vigor o Aviso n.º 4/2002 do Banco de Portugal que estabelece as regras de provisionamento destes investimentos, apresentadas como segue:

- a constituição de provisões é exigível sempre que as menos-valias potenciais sejam superiores a 15% do valor do investimento. A provisão mínima a constituir deverá corresponder a 40% do valor que exceder os 15% do investimento, sendo o montante não provisionado deste excesso deduzido aos fundos próprios;
- de acordo com o referido Aviso, a constituição das provisões acima referidas correspondentes a 40% do valor de menos valias que exceda os 15% do investimento, para as participações adquiridas até 31 de Dezembro de 2001, e tendo em conta a actividade das companhias participadas é diferida pelos seguintes períodos:

Investimento	Período	%
Empresas financeiras e seguradoras	2002 a 2011	10% por ano
Empresas não financeiras	2002 a 2004	25% por ano
	2005	15%
	2006	10%

- as provisões constituídas nos exercícios de 2002 e 2003 relativas a participações adquiridas até 31 de Dezembro de 2001, poderão ser registadas contra reservas.

Goodwill

O *goodwill* resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas, é definido como a diferença entre o justo valor de custo e o valor proporcional da situação patrimonial adquirida, é anulado por contrapartida de reservas, no ano em que ocorre a aquisição da participação de acordo com o Decreto-Lei n.º 36/92.

c) Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

De acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal, os juros sobre crédito vencido há mais de 30 dias que não estejam cobertos por garantias reais são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

Numa base individual, os resultados obtidos com a alienação de activos a entidades em que exista uma relação de domínio são reconhecidos desde que os mesmos resultem de transacções cujos termos negociais correspondam aos que seriam acordados em condições normais de mercado. Estes resultados são eliminados das Demonstrações Financeiras consolidadas do Grupo.

d) Provisão específica para crédito concedido

A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos incluindo os créditos vincendos associados, e créditos objecto de acordos de reestruturação, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido.

A provisão específica para crédito concedido é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3 de 30 de Junho de 1995 do Ministério das Finanças e pela Instrução n.º 7 de 27 de Outubro de 2000 do Banco de Portugal.

e) Provisão para riscos gerais de crédito

Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3 de 30 de Junho de 1995 do Ministério das Finanças e o Aviso n.º 2 de 26 de Janeiro de 1999 do Banco de Portugal.

f) Provisão para risco país

A provisão para risco país é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as directrizes da Instrução n.º 94/96, de 17 de Junho, do Boletim de Normas e Instruções do Banco de Portugal, incluindo as alterações, de Outubro de 1998, ao disposto no número 2.4 da referida Instrução.

g) Obrigações, acções e outros títulos

Estes títulos são classificados de acordo com os seguintes critérios:

Títulos de negociação

Consideram-se títulos de negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de serem transaccionados num prazo que não deverá exceder os seis meses.

Os títulos de rendimento fixo são reavaliados diariamente à cotação de mercado, incluindo os juros corridos. Os juros e as diferenças de reavaliação são registados como proveitos ou custos do exercício.

Os títulos cujo rendimento é variável são valorizados ao valor de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou presumível de mercado.

Títulos de investimento

Consideram-se títulos de investimento aqueles cuja aquisição não tem como objectivo a sua transacção num prazo inferior a seis meses.

Os títulos de rendimento fixo emitidos com base no valor nominal são registados ao custo de aquisição. A periodificação dos juros é feita com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período. Existindo prémio ou desconto, este é periodificado pelo prazo que decorrerá até à amortização dos títulos, por contrapartida de proveitos ou custos.

De acordo com o disposto nos parágrafos 10º e 20º daquele Aviso, as menos-valias potenciais resultantes da diferença entre o valor contabilístico e o valor de mercado são integralmente provisionadas.

Os títulos de rendimento variável são registadas ao custo de aquisição, sendo constituídas provisões para menos-valias potenciais quando o valor de mercado é inferior ao seu valor contabilístico, em cumprimento com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de Junho.

De acordo com o estabelecido no Plano de Contas para o Sistema Bancário as referidas provisões são apresentadas no Balanço como deduções às carteiras de títulos.

h) Transacções em moeda estrangeira e operações de derivados

Os activos, passivos e compromissos expressos em moeda estrangeira, são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

Posição à vista

A posição à vista é constituída pelo saldo líquido de activos e passivos da mesma moeda, dos resultados em moeda estrangeira, assim como das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo com vencimento nos dois dias úteis subsequentes.

A posição à vista é reavaliada diariamente ao câmbio médio informativo do Banco de Portugal. As diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos do exercício.

Posição a prazo

A posição a prazo é constituída pelo saldo líquido dos contratos de operações a prazo que aguardam liquidação, com exclusão dos que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes.

Os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo de mercado ou, na sua ausência, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual da operação.

As diferenças entre os contravalores em euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em euros às taxas contratadas são registadas como proveitos ou custos do exercício.

Notas e moedas estrangeiras

As notas e moedas são reavaliadas diariamente com base nos câmbios médios indicativos divulgados pelo Banco de Portugal. As diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos do exercício.

Operações de "Swap" de moeda

Os segmentos à vista e a prazo destas operações não são reavaliados. O prémio ou desconto de cada operação é amortizado até à data de vencimento por contrapartida de proveitos ou custos.

Os “Swap” de moeda são registados em contas extrapatrimoniais pelo montante implícito dos contratos, sendo o registo anulado na data de liquidação de cada operação.

Operações de "Swap" de taxa de juro

Os juros a receber ou a pagar são periodificados por contrapartida de proveitos ou custos até ao vencimento das operações. As operações de “Swap” de taxa de juro, de negociação, são reavaliadas com base na actualização dos fluxos futuros considerando as taxas praticadas no mercado.

Os “Swap” de taxa de juro são registados em contas extrapatrimoniais pelo montante implícito dos contratos, sendo o registo anulado na data de liquidação de cada operação.

Contratos a prazo de taxa de juro (“FRA - Forward Rate Agreement”)

Os contratos de negociação são reavaliados ao valor de mercado, sendo as respectivas reavaliações reconhecidas em contas de resultados. Tais reavaliações são calculadas no período compreendido entre a data de contratação e a data de liquidação das operações.

Os contratos utilizados para cobertura de riscos (“hedging”) não são reavaliados ao valor de mercado, sendo os respectivos resultados periodificados durante o prazo da operação, por contrapartida de proveitos ou custos. Os FRA’s são registados em contas extrapatrimoniais pelo montante implícito dos contratos, sendo o registo anulado na data de liquidação de cada operação.

Futuros e Opções

As posições de negociação em contratos de Futuros e Opções, transaccionados em mercados organizados, são valorizadas com base nas cotações de mercado, sendo as diferenças positivas ou negativas reconhecidas em resultados do exercício. Os prémios recebidos por opções vendidas são registados como proveitos diferidos até à data de execução dos contratos.

Os prémios pagos por opções compradas são registados em custos diferidos, sendo posteriormente adicionados ao custo de aquisição ou subtraídos ao valor de venda dos activos subjacentes, se a Opção for exercida ou reflectidos em custos, se a Opção não for exercida. Os contratos de opção vendidos em mercado de balcão são reavaliados, sendo as respectivas perdas potenciais registadas em resultados. As opções compradas são contabilizadas ao custo de aquisição até à execução ou venda do contrato.

As posições de cobertura de riscos (“hedging”) não são reavaliadas e os seus resultados são relevados de acordo com a política contabilística dos elementos patrimoniais cobertos. Os contratos de futuros e de opções são registados em contas extrapatrimoniais pelo montante implícito dos contratos, sendo o registo anulado na data de liquidação de cada operação.

i) Imobilizações incorpóreas

O imobilizado incorpóreo encontra-se registado ao respectivo custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes para um período de três anos.

Estes activos incluem despesas de constituição, despesas de instalação, trespases e despesas de investigação e desenvolvimento.

j) Imobilizações corpóreas

O imobilizado corpóreo encontra-se registado ao respectivo custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais e previstas no Decreto Regulamentar 2/90, de 12 de Janeiro, de acordo com os seguintes períodos, que não diferem substancialmente da vida útil esperada:

	<u>Número de anos</u>
• Imóveis	50
• Equipamento	3 a 4
• Viaturas	4 a 5
• Outras imobilizações	4 a 10

k) Pensões de reforma

O Banco assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário (ACTV).

O cálculo actuarial é efectuado com base no método de crédito da unidade projectada e utilizando pressupostos actuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pelo Banco de Portugal.

O Grupo financia as suas responsabilidades através do fundo de pensões gerido pela GAN-Vie, empresa de seguros e BBVA Fundos - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. para os colaboradores do Grupo.

Os pagamentos aos fundos são efectuados por cada empresa do Grupo de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo e com o objectivo de cumprir os níveis mínimos de financiamento exigidos pelo Banco de Portugal. Com a entrada em vigor do Aviso n.º 12/2001 o financiamento mínimo das responsabilidades passa a ser em 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo.

Conforme estabelecido no Aviso n.º 12/2001, os ganhos e perdas actuariais decorrentes das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente observados, e reconheceu tal montante como um passivo e um activo, a ser imputado a custos do exercício, a partir de 2002, com base no método do corredor. De acordo com o referido Aviso, o valor dos ganhos e perdas actuariais é actualizado anualmente sendo imputado a custos do exercício de acordo com o método do corredor.

De acordo com o método do corredor e conforme os Avisos n.º 12/2001 e 7/2002, o valor acima do corredor é registado em Despesas antecipadas e será reconhecido em resultados do exercício durante um período de 10 anos, tendo como base o saldo no final do ano anterior.

Nos termos do Aviso n.º 12/2001, o valor das responsabilidades com serviços passados não reconhecidas resultantes da aplicação do Aviso n.º 6/95 será reconhecido como custo durante o período remanescente de 12 anos.

l) Fiscalidade

As empresas do Grupo BBVA com sede em Portugal estão sujeitas ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

O conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscalmente aceites, para efeitos de tributação do IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos num futuro próximo.

4 Estrutura do Grupo

Em 31 de Dezembro de 2002, a percentagem de participação nas empresas subsidiárias era a seguinte:

<u>Empresa</u>	<u>Sede</u>	Percentagem de participação do Grupo	Percentagem de participação do Banco	Método Consolidação	
				2002	2001
BBVA Leasimo	Lisboa	100,00%	100,00%	Integral	Integral
BBVA Fundos	Lisboa	100,00%	100,00%	Eq. Pat.	Eq. Pat.
BBVA Gest	Lisboa	100,00%	100,00%	Integral	Integral
Kantara	Guernsey	100,00%	100,00%	Integral	Integral
BBVA Privanza – Soc.					
Gest. Patrim. S.A.	Lisboa	50,20%	50,20%	Integral	Integral
BBVA Leasing	Lisboa	50,10%	50,10%	Integral	Integral
BBVA SFAC,S.A.	Lisboa	50,10%	50,10%	Integral	Integral
Automercantil	Lisboa	50,00%	50,00%	Eq. Pat.	Eq. Pat.
SGF, S.A.	Lisboa	4,20%	4,20%	Eq. Pat.	Eq. Pat.

6 Participações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2002, a percentagem de participação em outras empresas era a seguinte:

	<u>Percentagem de participação do Grupo</u>	<u>Percentagem de participação do Banco</u>
Sibs	4,63%	4,63%
Unicre	0,49%	0,49%
Finangeste	0,09%	0,09%
Soset	9,67%	9,67%

9 Valor das rubricas 3 e 4 do activo desagregado por prazos residuais

	<u>EUR'000</u>	
	<u>2002</u>	<u>2001</u>
• Até 3 meses	1.488.170	1.480.884
• De 3 meses a 1 ano	104.737	81.864
• De 1 ano a 5 anos	365.882	196.683
• Mais de 5 anos	846.513	766.200
• Duração indeterminada	62.507	41.017
	<u>2.867.809</u>	<u>2.566.648</u>
Provisão para crédito	(41.097)	(27.770)
	<u><u>2.826.712</u></u>	<u><u>2.538.878</u></u>

11 Repartição sectorial e geográfica da actividade do Grupo

A análise do crédito sobre clientes, por sector de actividade é a seguinte:

	EUR'000	
	2002	2001
Agricultura	167.030	127.920
Alimentação, bebidas e tabaco	19.532	35.183
Têxteis	29.951	36.819
Madeira e cortiça	14.311	54.585
Químicas	32.539	47.381
Engenharias	149.383	142.464
Construção	144.825	136.857
Comércio	354.748	320.612
Transportes e comunicações	233.834	244.016
Serviços	400.324	211.116
Outras	989.838	783.573
	<u>2.536.315</u>	<u>2.140.526</u>
Provisão para crédito vencido	(41.076)	(27.739)
	<u><u>2.495.239</u></u>	<u><u>2.112.787</u></u>

Os custos e proveitos consolidados relativamente ao exercício de 2002 foram realizados em Portugal e na Sucursal Financeira Exterior na Ilha da Madeira e apresentam-se da forma como segue:

	EUR'000	
	Actividade em Portugal	Actividade na SFE
Custos		
• Juros e custos equiparados	75.606	3.333
• Comissões	2.940	35
• Prejuízos em operações financeiras	39.273	50
• Outros custos e prejuízos de exploração	9.843	639
Proveitos		
• Juros e proveitos equiparados	136.461	4.736
• Comissões	27.222	865
• Lucros em operações financeiras	47.187	93
• Outros proveitos e lucros de exploração	21.205	22

12 Efectivo médio anual de trabalhadores ao serviço

	Grupo	Banco
• Directores (Conselho)	2	2
• Directores	57	48
• Directores Adjuntos	40	38
• Sub-directores	49	46
• Assistentes de direcção	16	15
• Técnicos e específicos	576	492
• Administrativos	170	161
• Auxiliares	4	4
	914	806

14 Diferença entre a carga fiscal imputada e a carga fiscal já paga ou a pagar

	EUR'000	
	2002	2001
Carga Fiscal imputada	1.097	2.027
Carga Fiscal já paga	(3.055)	(8.508)
	(1.958)	(6.481)

15 Elementos referentes aos órgãos de administração, de direcção e de fiscalização

	EUR'000	
	2002	2001
Remunerações atribuídas no exercício	704	1.392

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES CONSOLIDADA

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Ano	Ano Anterior
Margem financeira	62.258	64.792
Provisões para riscos de crédito	20.809	11.801
<i>Margem financeira líquida</i>	<i>41.449</i>	<i>52.991</i>
Comissões líquidas	25.113	28.644
Outros resultados de exploração líquidos	11.327	13.154
<i>Margem de serviços</i>	<i>77.889</i>	<i>94.789</i>
Resultados de operações financeiras	7.957	1.737
Resultados consolidados pelo método da eq. patrimonial	(1.496)	(28)
Provisões para investimentos	(129)	198
<i>Resultado operacional antes dos custos de transformação</i>	<i>87.471</i>	<i>96.356</i>
Custos com pessoal	38.560	38.966
Outros custos administrativos	28.753	29.547
Amortizações	9.270	9.511
<i>Custos de transformação</i>	<i>76.583</i>	<i>78.024</i>
<i>Resultado operacional</i>	<i>10.888</i>	<i>18.332</i>
Outras provisões	1.512	1.030
Outros resultados extraordinários	(1.917)	(3.805)
<i>Resultados antes de impostos</i>	<i>7.459</i>	<i>13.497</i>
Impostos	1.097	2.027
Interesses minoritários	(3.806)	(68)
<i>Resultado líquido</i>	<i>10.168</i>	<i>11.538</i>
<i>Resultado por acção</i>	<i>0,081</i>	<i>0,092</i>

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

(Valores expressos em euros)

Natureza e espécie dos Títulos	Quantidade	Valor	Valor médio	Valor	Valor
		nominal	de Aquisição	de Cotação	de Balanco
A. TITULOS - NEGOCIAÇÃO					8.901.725
Titulos de rendimento fixo-emitidos por residentes					
De divida publica portuguesa					
- A curto prazo					
- A médio e longo prazos					
De outros emissores publicos nacionais					
- A curto prazo					
- A médio e longo prazos					
De outros residentes					
- A curto prazo					
- A médio e longo prazos					
Titulos de rendimento fixo-emitidos por não residentes					
De emissores publicos estrangeiros					
- A curto prazo					
- A médio e longo prazos					
De organismos financeiros internacionais					
De outros não residentes					
- A curto prazo					
- A médio e longo prazos					
Valores de rendimento variável					
Emitidos por residentes					7.141.551
- Acções					7.141.551
BCP	68.831	1,00	4,00	4,58	314.960
BES	43.462	5,00	11,53	12,77	555.187
BPI - SGPS SA	264.296	1,00	2,18	2,20	582.741
IMPRESA SGPS	15.023	1,00	2,57	1,92	28.873
NOVABASE SGPS SA	7.861	0,50	7,97	5,87	46.117
PARAREDE SGPS SA	34.801	0,40	0,27	0,20	7.057
PORTUGAL TELECOM SGPS SA-REC	4.816	1,00	6,97	53,73	258.767
SAG GEST - SOLUÇÕES AUTOMÓVEIS	123.036	1,00	1,89	1,48	182.316
SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO	16.460	1,00	4,55	3,34	54.938
SONAE COM SGPS SA	81.282	1,00	3,06	1,80	146.211
SONAE SGPS	566.412	1,00	0,84	0,40	225.102
COFINA	17.388	0,50	2,40	2,36	40.979
EDP	1.271.392	1,00	2,29	1,62	2.061.356
BRISA - REG	183.201	1,00	5,04	5,34	978.583
CIMPOR	25.655	5,00	19,40	23,72	608.590
JERO MARTINS	20.001	5,00	8,78	7,00	140.084
PORTUCEL	70.904	1,00	1,28	1,17	83.188
PT MULTIMEDIA	31.818	0,50	8,26	10,11	321.615
VODAFONE TELECEL COMUNICAÇÕES	59.814	0,50	7,67	7,46	446.410
BRISA PRIV SHR	272	1,00	5,26	5,50	1.495
TEIXEIRA DUARTE	87.634	0,50	1,15	0,65	56.981
- Titulos de participação					
- Unidades de participação					
- Outros valores					
Emitidos por não residentes					1.760.174
- Acções					1.760.174
BBVA ACÇÕES	17.500	0,49	13,28	9,36	163.800
BANCO SANTANDER CENTRAL HISPANO	1.700	0,50	6,59	14,06	23.894
GAS NATURAL SDG SA	20.000	1,00	19,50	18,07	361.400
DEUTSCHE TELEKOM AG-REG	20.000	1,00	12,01	13,05	260.947
NOKIA	31.000	0,06	15,05	18,24	565.333
FRANCE TELECOM SA	9.000	4,00	16,90	17,16	154.400
TELEFONICA S.A.	17.875	1,00	8,17	8,62	154.050
ERICSSON LM-B SHS	50.000	1,00	0,70	1,05	52.500
TERRA NETWORKS SA	5.000	2,00	4,19	4,77	23.850
- Titulos de participação					
- Unidades de participação					
- Outros valores					
Titulos subordinados					
- A curto prazo					
- A médio e longo prazos					
Titulos próprios					
De rendimento fixo					
- A curto prazo					
- A médio e longo prazos					
De rendimento variável					
- Acções					
- Titulos de participação					
-Outros titulos					

Natureza e espécie dos Títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de Aquisição	Valor de Cotação	Valor de Balanço
B. TÍTULOS - INVESTIMENTO					59.362.759
Titulos de rendimento fixo-emissores publicos					6.666.082
De divida publica portuguesa					3.673.295
- A curto prazo					
- A médio e longo prazos					3.673.295
G.R.M.	500.000	5,00	5,00	0,00%	2.500.000
OT JUN/2008	10.146.794	0,01	0,01	105,30%	102.473
OTRV 2004	5.000.000	0,01	0,01	99,92%	49.951
OT ABR/2003	36.473.600	0,01	0,01	100,57%	364.665
OT FEV/2007	18.110.700	0,01	0,01	112,00%	190.991
OT AGO/2004	10.807.000	0,01	0,01	101,50%	105.117
OT JUL/2009	36.750.000	0,01	0,01	100,60%	360.098
De outros emissores publicos nacionais					
- A curto prazo					
- A medio e longo prazos					
De outros emissores publicos estrangeiros					2.992.787
- A curto prazo					2.992.787
JUNTA DA GALIZA	5.000	498,80	498,80	0,00%	2.493.989
INSTITUTO OFICIAL CREDITO	100.000	4,99	4,99	0,00%	498.798
- A medio e longo prazos					
Titulos de rendimento fixo-de outros emissores					52.608.853
Emitidos por residentes					33.072.811
- A curto prazo					13.467.500
PAPEL COMERCIAL MODELO CONTINENTE	250.000.000	0,01			2.500.000
PAPEL COMERCIAL COLEP (44ª Emissão)	160	5.000,00			800.000
PAPEL COMERCIAL MANOEL POÇAS (2ª Emissão)	11.250	50,00			562.500
PAPEL COMERCIAL SOCIEDADE VINICOLA (2ª Emissão)	7.500	50,00			375.000
PAPEL COMERCIAL CREDIFIN (20ª Emissão)	1.500	5.000,00			7.500.000
PAPEL COMERCIAL COLEP (43ª Emissão)		1.665.000,00			1.665.000
PAPEL COMERCIAL COLEP (42ª Emissão)	13	5.000,00			65.000
- A medio e longo prazos					19.605.311
OBR.LEASIMPOR/93	15.010	49,88	49,88	99,33%	748.695
OBR.PETROGAL	249.398.949	0,01	0,01	99,75%	2.493.989
OBR. SALVADOR CAETANO	173.655	10,00	10,00	99,90%	1.736.545
OBR. EFACEC	70.716	10,00	10,00	100,00%	707.160
OBR. PORTUCEL	600.000	10,00	10,00	100,00%	5.989.340
OBR. RECHEIO 040903	49.879.790	0,01	0,01	0,00%	497.300
OBR. RECHEIO 140805	99.759.579	0,01	0,01	0,00%	987.331
OBR. JERÓNIMO MARTINS	74.819.684	0,01	0,01	100,00%	746.799
OBR. JERÓNIMO MARTINS	11.824.200	0,01	0,01	121,55%	140.582
OBR. CAIXA BANCO SANTADER	93.674.245	0,01	0,01	98,49%	933.714
OBR. CAIXA BANCO TOTTA & AÇORES	700	49,88	49,88	97,89%	34.915
OBR. CAIXA LEASIMO 1ª EMISSÃO	458.894.065	0,01	0,01	100,10%	4.588.941
Emitidos por não residentes					19.536.042
- Por organismos financeiros internacionais					1.882.392
EUROFIMA 96/06	2.500	498,80	498,80	0,00%	1.247.392
KOMMUNALBANKEN	1.270	500,00	500,00	97,00%	635.000

Natureza e espécie dos Títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de Aquisição	Valor de Cotação	Valor de Balanço
- Por outros não residentes					
- A curto prazo					17.653.650
LEHMAN BROTHERS	3.000	498,80	498,80	0,00%	1.496.394
GOLDMAN SACHS 2003	550.000	4,99	4,99	0,00%	2.743.388
GOLDMAN SACHS 2007	4.000	498,80	498,80	98,00%	1.995.192
CAIXA VIGO	950.000	4,99	4,99	100,05%	4.738.273
BEAR STEARNS	3.000	498,80	498,80	0,00%	1.496.394
BBV INTERNATIONAL FINANCE	340	4.987,98	4.987,98	98,67%	1.693.542
MERRILL LYNCH 2003	400.000	4,99	4,99	100,01%	1.995.192
MERRILL LYNCH 2008	1.000	498,80	498,80	101,40%	498.384
PORTUGAL TELECOM INT.FIN.	1.000	1.000,00	1.000,00	99,68%	996.893
- A medio e longo prazos					
Valores de rendimento variavel					87.824
Emitidos por residentes					87.824
- Acções					87.824
OLAIAS CLUB	1	1.247,00	1.247,00	-	1.247
MACEDO COELHO	69	4,99	4,99	0,19	344
CURIA	3	4,99	4,99	5,00	15
FONCAR	1	4,99	4,99	-	5
MATUR	225	12,21	12,21	-	2.746
REAL SEGUROS	3.333	4,99	4,99	-	16.625
CPC	19.400	0,07	0,07	-	1.355
FABRICAS TRIUNFO	5	4,99	4,99	-	25
EUROMINAS	8.728	7,48	7,48	-	65.243
GAP	2	4,99	4,99	-	10
PORTO CAVALEIROS	42	4,99	4,99	-	209
- Quotas					
- Títulos de participação					
- Outros valores					
Emitidos por não residentes					
-Acções					
- Quotas					
- Títulos de participação					
- Outros valores					
Titulos proprios					
De rendimento fixo					
- A curto prazo					
- A medio e longo prazos					
De rendimento variavel					
- Acções					
- Títulos de participação					
- Outros titulos					

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL)

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

(Valores expressos em euros)

Natureza e espécie dos Títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de Aquisição	Valor de Cotação	Valor de Balanço
C. TÍTULOS A VENCIMENTO					
De emissores públicos					
De dívida pública portuguesa					
- A curto prazo					
- A medio e longo prazos					
De outros emissores públicos nacionais					
- A curto prazo					
- A medio e longo prazos					
De outros emissores públicos estrangeiros					
- A curto prazo					
- A medio e longo prazos					
De outros emissores					
Emitidos por residentes					
- A curto prazo					
- A medio e longo prazos					
Emitidos por não residentes					
- Por organismos financeiros internacionais					
- Por outros não residentes					
- A curto prazo					
- A medio e longo prazos					
D. IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS					50.463.870
Participações					4.451.657
- Em instituições de crédito no País					
- Em instituições de crédito no Estrangeiro					
- Em outras empresas no País					4.451.657
SIBS	256.229	4,99	12,95		3.318.315
SOSET	58.000	4,99	4,99		289.303
UNICRE	41.250	4,99	5,93		244.484
FINANGEST	5.050	4,99	118,72		599.555
- Em outras empresas no estrangeiro					
Partes de capital em empresas coligadas					46.012.213
- Em instituições de crédito no País					
- Em instituições de crédito no Estrangeiro					
- Em outras empresas no País					44.141.721
BBVA LEASING-SOC.LOC.FINANC., S.A.	3.757.500	1,00	1,67		6.262.500
BBVA FUNDOS-SOC.GEST.DE F.INV.MOBILIÁRIO, S.A.	1.000.000	4,99	1,00		997.596
BBVA GEST-SOC.GEST. DE FUND. DE PENSOES, S.A.	1.000.000	4,99	1,00		997.596
AUTOMERCANTIL	125.000	4,99	73,22		9.152.941
BBVA SFAC, SA	13.878.960	5,00	1,00		13.878.960
BBVA PRIVANZA-SGP, S.A.	50.200	4,99	24,44		1.226.943
BBVA LEASIMO - SOCIEDADE LOCAÇÃO FINANCEIRA, S.A.	1.500.000	5,00	7,72		11.576.081
SOCIEDADE GESTORA FUNDOS	84.715	4,99	0,58		49.104
- Em outras empresas no Estrangeiro					1.870.492
KANTARA					1.870.492
TOTAL					118.728.353

IMOBILIZACOES INCORPOREAS E CORPOREAS

QUADRO Nº 3 (nº 11 do anexo às contas anuais)

(Valores expressos em milhares de Euros)

C O N T A S	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Transferências	Amortizações do exercício	Regularizações	Abates (líquido)	Valor líquido em 31.12.02
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Reavaliações (líquido)					
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS									
Trespases	1.311	1.111	-	-	-	129	-	-	71
Despesas de estabelecimento	10.287	9.947	52	-	-	162	-	-	230
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	39.368	33.575	464	-	5.677	3.910	-	-	8.024
Outras despesas	4.635	4.616	-	-	-	19	-	-	-
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS									
Imóveis de serviço próprio	91.778	22.704	497	-	1.727	1.575	-	1.547	68.176
Equipamento	53.713	45.437	4.491	-	(680)	3.475	-	334	8.278
Património artístico	71	-	-	-	-	-	-	-	71
Outras imobilizações corpóreas	598	399	-	-	(199)	-	-	-	-
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO									
Imobilizações incorpóreas	2.254	-	4.210	-	(5.874)	-	(12)	-	578
Imóveis	1.049	-	2.030	-	(2.617)	-	-	-	462
Equipamento	30	-	-	-	(30)	-	-	-	-
Outras imobilizações corpóreas	5	-	-	-	(5)	-	-	-	-
T O T A I S	205.099	117.789	11.744	-	(2.001)	9.270	(12)	1.881	85.890

BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
CONTAS CONSOLIDADAS**

Exmos. Senhores Accionistas,

O Conselho Fiscal, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete a V.Ex.as o seu relatório e parecer sobre as Contas Consolidadas do **BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.**, da responsabilidade do Conselho de Administração e referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

1 - RELATÓRIO

Do Conselho de Administração, obtivemos todos os elementos e informações necessárias à apreciação e acompanhamento das actividades desenvolvidas pelo conjunto das empresas do Grupo, o que agradecemos.

Efectuamos as verificações julgadas necessárias ao processo de consolidação das contas, que compreendem o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada dos resultados e o respectivo Anexo que foram elaborados de acordo com o Decreto-Lei n.º 36/92, de 28 de Março, e com as instruções do Banco de Portugal.

Apreciámos as referidas Demonstrações Financeiras consolidadas, com referência a 31 de Dezembro de 2002 e o respectivo Relatório do Conselho de Administração bem como o Relatório de Fiscalização e a Certificação Legal das Contas consolidadas, emitidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que deverão ser integrados no contexto deste relatório e com os quais concordamos.



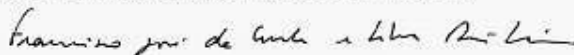
2 - PARECER

Assim, como resultado das verificações e apreciações efectuadas, em nossa opinião o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada dos resultados e seu Anexo e o Relatório do Conselho de Administração, satisfazendo as disposições legais, traduzem adequadamente a situação financeira consolidada do BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), SA., e o resultado consolidado das suas operações, pelo que somos de parecer que sejam aprovadas as Contas Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, bem como o Relatório de Gestão apresentado pelo Conselho de Administração.

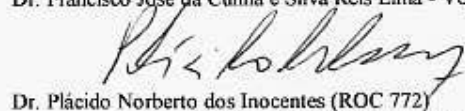
Lisboa, 28 de Fevereiro de 2003

O CONSELHO FISCAL


Dr. Luis Fernando Sampaio Pinto Bandeira - Presidente



Dr. Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima - Vogal



Dr. Plácido Norberto dos Inocentes (ROC 772)
em representação de *Martinez, Carvalheda, Plácido e Associado, SROC.*

MARTINEZ, CARVALHEDA, PLÁCIDO E ASSOCIADO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Pcia Conde de Amoso, 1-A, 5º B
2700 - 123 AMADORA

Telefone: 21 4707780
Telefax: 21 4707789

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
CONSOLIDADAS**

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002, que evidencia um total de 3.218.604 milhares de euros e um total de capital próprio de 175.445 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 10.168 milhares de euros, a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, e o resultado consolidado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

MARTINEZ, CARVALHEDA, PLÁCIDO E ASSOCIADO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

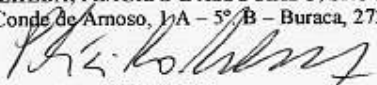
- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

6. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.**, em 31 de Dezembro de 2002, e o resultado consolidado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o Sector Bancário, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 36/92 de 28 de Março, e as Instruções Técnicas de consolidação de contas do Banco de Portugal.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2003

MARTINEZ, CARVALHEDA, PLÁCIDO E ASSOCIADO, SROC
Com sede na Praceta Conde de Arnoso, 1/A - 5.º B - Buraca, 2720 123 Amadora
Representada por:


Plácido Norberto dos Innocentes - ROC n.º 772

tos e um) e não o número 71 (setenta e um) como por lapsos se deixou indicar na presente acta.

~~Assim por~~ ~~assinatura de~~ ~~Luís~~ ~~de~~ ~~Almeida~~
Margarida do Carmo Barbosa

ACTA NÚMERO DEZANOVE

Aos vinte e sete dias do mês de Março do ano dos mil e três, pelas onze horas, na sua sede social sito em Lisboa, na Avenida da Liberdade número dezentos e vinte e dois, reuniu a Assembleia Geral Universal do "BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA (PORTUGAL), S.A.", Sociedade anónima com o capital social de cento e vinte e cinco milhões de Euros, titular do Cartão de Identificação de Pessoa Colectiva nº 502593687, matriculada no Conservatório do Registo Comercial de Lisboa sob o número dos mil trezentos e oito.

Abriu a sessão o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Adolfo de Castro Brito, secretariado pelo Dna. Maria do Carmo Barbosa, tendo o Sr. Presidente verificado estar devidamente representada a totalidade do capital social com direito a voto, porquanto o Dr. José Ponte de Silve, vogal do Conselho de Administração, apresentou-se munido de poderes de representação tendo exibido as competentes cartas - mandato - os quais ficaram devidamente adquiridos - suscritos pelas accionistas, Comel International Hotel Group, S.A., detentora de noventa e nove mil quatro, sete, cinco, oito, quatro por cento do capital social, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A., detentor de nove mil quatrocentos e vinte e quatro por cento do capital social, e ainda os accionistas Dna. Maria de Lourdes Silva, Dr. José Leite Monteiro e Dr. José Vitor Cruz Machado, cada um detentor de 3200 mil quatro, zero, zero, zero, quatro por cento do capital social.

Nesta conformidade, a Assembleia reuniu-se de acordo com os requisitos do artigo primeiro e quinto do Código das Sociedades Comerciais, dispensando-se assim, a observância de formalidades prévias, nomeadamente a da convocatória.

Estavam ainda presentes todos os membros do actual Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do Banco.

Atento o exposto, o Senhor Presidente da Mesa verificou estarem reunidos todos os requisitos para a Assembleia poder validamente funcionar, tendo o Dr. José Ponte de Silve, em nome dos accionistas "Comel Internac

tionel Holding, S.A." "Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.", Dra. Maria de Lurdes Silva, Dra. José Leite Monteiro e Dra. José Verc Cruz Jardim, manifestado a vontade de reunir e deliberar sobre a seguinte Ordem de Trabalho:

UM - Discutir e deliberar sobre o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício findo em trinta e um de Dezembro do ano dois mil e dois, incluindo a respectiva consolidação prevista no Decreto - Lei nº 36/92 de 28 de Março;

DOIS - Discutir e deliberar sobre a Proposta de Aplicação de Resultados;

TRÊS - Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade.

O Senhor Presidente da Mesa, informou a Assembleia que iria dar início à Ordem de Trabalho, com a entrada na discussão do ponto número um da mesma, passando a palavra ao Dr. José Leite da Silva, o qual esclareceu que todos os elementos relevantes do exercício se encontravam explicitos no Relatório apresentado, não tendo a acrescentar ao mesmo, tendo-se colocado à disposição dos presentes para prestar qualquer informação solicitada pelos mesmos. Ninguém tendo pretendido fazer a palavra, o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação o Relatório de Gestão e as Contas do exercício findo em trinta e um de Dezembro de dois mil e dois, incluindo a respectiva consolidação das contas relativas às sociedades participadas pelo Banco, de acordo com o Decreto Lei nº 36/92 de 28 de Março, propondo como metodologia de voto que a votação fosse efectuada simultaneamente.

Devido não haver qualquer oposição, passou-se à votação, tendo o ponto UM da Ordem de Trabalho sido aprovado por unanimidade. Entrando-se, de seguida na discussão do ponto DOIS da Ordem de Trabalho, o Sr. Presidente da Mesa informou que deve entrar na Mesa como Proposta subscrita pelo Conselho de Administração, com o seguinte teor:

"PROPOSTA

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício findo em trinta e um de Dezembro de dois mil e dois no valor

de 13.970.114,61 € (treze milhões novecentos e setenta mil cento e quatorze euros e sessenta e um centimos), seja aplicado conforme se pade a expoi:

- Dez por cento para a Reserva Legal, no montante de 1.397.011,47 € (um milhão trezentos e noventa e sete mil e onze euros e quarenta e sete centimos);

- 12.573.103,14 € (doze milhões quinhentos e setenta e três mil cento e três euros e quatorze centimos) para Resultados Transitados".

O Senhor Presidente da Mesa colou a proposta apresentada à discussi de Assembleia, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

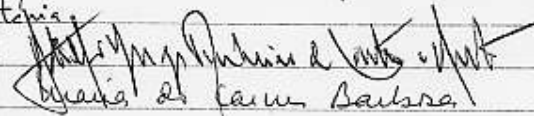
Entendendo-se de seguida, na discussi do ponto TRÉS do Orden de Trabalhos, o Sr. José Ponte da Silva, em nome dos accionistas, Canal Internacional Holding S.A. e Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A., procedeu à leitura da seguinte

"PROPOSTA:

Aprovados e aprovada o Relatório, Balanço e Contas, incluindo as considerações, do Conselho de Administração e os Relatórios e Pareceres do Conselho Fiscal relativamente ao exercício de dois mil e dois e as Contas Consolidadas, propomos que esta Assembleia Geral aprove um voto de confiança a estes dois Grupos Sociais, bem como a todos os seus membros".

O Senhor Presidente da Mesa colou a Proposta apresentada, à discussi de Assembleia e seguidamente à votaçi, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Por modo mais haver a deliberaçi, o Senhor Presidente da Mesa procedeu ao encerramento da sessi pelas Treze horas e trinta minutos, tendo sido arquivada toda a documentaçi, devidamente, a lista de presenças, bem como as contas de representaçi dos accionistas que se fizeram representar nesta Assembleia, tendo sido lida e aprovada a presente acta, que vai devidamente arquivada pelo Sr. Presidente da Mesa e pelo secretário.


António de Jesus Sousa

